



VILA SOL

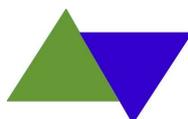
VILA SOL III- EMPREENDIMENTOS URBANÍSTICOS S.A.

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
DA BARRAGEM E CAMPO DE GOLFE DA HERDADE DA PALHETA
(PROCESSO DE AIA N.º 2042)

ADENDA

RESPOSTA AO OFÍCIO 234 / 09 / GAIA

Março 2009



GGT – Gabinete de Planeamento e Gestão do Território, Lda.



GGT - Gabinete de Planeamento
e Gestão do Território, Lda.

A – RELATÓRIO SÍNTESE

1 – Geral

1.1 – INSERIR UMA ERRATA AO ÍNDICE DO VOLUME II – TOMO 3 PARA CORRECÇÃO DA PAGINAÇÃO DESTE DOCUMENTO.

Apresenta-se nova versão do Volume II – Tomo 3 em virtude deste ponto e do seguinte.

2 – Projecto

2.1 – APRESENTAR A FASE DE DESACTIVAÇÃO PARA CADA FACTOR AMBIENTAL.

Apresenta-se nova versão do Volume II – Tomo 3 em virtude deste ponto e do anterior. Embora não explicito, subentende-se que se pretenda a análise de impactes e consequentes medidas de minimização.

3 – Recursos Hídricos

3.1 – APRESENTAR UMA CARACTERIZAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL NA ENVOLVENTE DA ÁREA DO PROJECTO, PONDERANDO A POSSIBILIDADE DE CARACTERIZAR A QUALIDADE DA ÁGUA DA RIBEIRA DA PALHETA, BEM COMO APRESENTAR DADOS REFERENTES À QUALIDADE DO EFLUENTE DA ETAR DE REDONDO.

Em termos da qualidade da água na ribeira da Palheta, solicitou-se à Universidade de Évora que realizasse a análise pretendida. Junto se envia o pedido de solicitação.

Em relação à Qualidade da Água Superficial, foram feitas análises à água da Ribeira da Palheta, segundo os parâmetros abaixo indicados, análises essas cujos resultados aguardamos e de que fazemos prova pela junção em anexo do comprovativo de entrega (ver anexo 1)

Mais, para uma melhor caracterização dos recursos hídricos da Herdade, junto enviamos o Estudo Hidrogeológico da Herdade daPalheta. (ver anexo 1)

No que concerne aos dados referentes à qualidade do efluente da ETAR de Redondo, apresentam-se os valores fornecidos pelas Águas do Centro Alentejo. (ver anexo 1)

3.2 – ELIMINAR AS DISCREPÂNCIAS RELATIVAS ÀS ÁREAS A REGAR (VIDE PÁGINAS 57 E 60, DO TOMO I, VOL. II – RELATÓRIO SÍNTESE.

Os valores correctos são os discriminados na página 57. Assim, no parágrafo da página 60 dever-se-á ler: “A vinha plantada na herdade ocupa uma área com cerca de 26 ha, em complementaridade com mais cerca de 40 ha em exploração na herdade vizinha (...)”.

3.3 – EXPLICAR CLARAMENTE A FORMA DE GESTÃO DOS VOLUMES ARMAZENADOS NA ALBUFEIRA PREVISTA, COM OS CAUDAIS DOS EFLUENTES URBANOS PROVENIENTES DA ETAR DE REDONDO (ISTO É, SE SÃO MISTURADOS NA ALBUFEIRA OU SE SÃO SEGREGADOS E, NESTE CASO, SE ESTÁ PREVISTA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO E TRATAMENTO ADICIONAL). NESTE ÂMBITO, DEVERÃO AINDA SER EXPLICITADAS AS MEDIDAS ALTERNATIVAS A ADOPTAR, NA EVENTUALIDADE DA ETAR APRESENTAR DEFICIÊNCIAS NO RESPECTIVO FUNCIONAMENTO/TRATAMENTO.

DADOS DE CONCEÇÃO E PROJECTO

Pretende-se construir um "Championship GolfCourse", acessível a todos os praticantes, um Campo de Treino e "PuttingGreens", harmonizado com o meio envolvente, tirando partido das espécies arbóreas e arbustivas existentes. A filosofia de exploração do campo de golfe será feita através da venda de "greenfees" directamente ou através de operadores, a individuais e a grupos

O campo de golfe de 18 buracos ocupará uma área de cerca de 53,9 ha, na margem esquerda do vale da Ribeira da Palheta, tirando partido da topografia criada pelas várias linhas de água afluentes desta, de que é exemplo o Ribeiro da Vinha. Este vale, bastante aberto, apresenta características agrícolas, resultado da acção do homem ao longo dos tempos, resultado esse que se pretende salvaguardar dando-lhe um novo uso, uma nova funcionalidade que vai permitir a sua fuição por um maior número de pessoas e a valorização da sua imagem enquanto paisagem qualificada que é. A obra pretende-se executar integralmente numa única fase tirando maior partido da envolvente ao longo do percurso de jogo definido.

O monte da Herdade da Palheta, onde se instalará o hotel, encontra-se num ponto dominante, dele se obtendo uma panorâmica geral sobre praticamente toda a área do empreendimento, incluindo, obviamente, toda a área agrícola e o golfe. Este usufruto paisagístico também é observado a partir dos restantes meios complementares de alojamento, uma vez que se encontram localizados ao longo de uma linha de alturas, no extremo Norte do empreendimento turístico.

É preocupação prioritária do Projecto a preservação da vegetação arbórea, protegendo na totalidade o montado, seu elemento característico. Se é verdade que se tentou implantar o campo de golfe na proximidade do arvoredo, usufruindo assim da sua beleza, também é certo que nenhuma unidade de sobro ou azinho será abatida, sendo a sua manutenção, como a preservação ambiental, filosofia dominante do Projecto.

O balanço do movimento de terras está explícito no des. n.º 3D (EP), onde se verifica que o projecto é excedentário em 27.000m³ (material que poderá ser utilizado na execução da barragem).

Serão construídos lagos decorativos impermeabilizados, os quais, para além de recolherem água das chuvas, poderão também ser utilizados para recolha das eventuais escorrências superficiais resultado da rega e sua reutilização na rega (des. geral n.º 4 e des. n.º 1 a

18 da rede de rega, idem para as drenagens dos buracos - EP). Serão lagos impermeabilizados na base e, sempre que possível, dependendo das condições morfológicas do terreno, poderão ter reciclagem de água entre si, através de canais, cascatas ou tubagem.

Assim, na fase de anteprojecto em que o projecto de golfe se encontra, prevê-se a execução de seis lagos cujas dimensões e volumes, se encontram especificados nas peças desenhadas que fazem parte do ante-projecto/estudo prévio do golfe (volume total aproximado de 42300 m³ para um volume escavado para esse fim de 47000 m³, tudo conforme des. 3B do EP).

Conforme é do conhecimento, uma das soluções apresentadas para a sustentabilidade do presente projecto prevê a utilização das águas provenientes da ETAR do Redondo. Para isso o promotor pretende construir um emissário com cerca de 17 km de forma a conduzir as águas da ETAR até ao limite norte da Herdade. Este projecto está em fase de estudo conjunto com o Município do Redondo e as Águas do Centro do Alentejo, como se referirá em ponto próximo.

No contexto do presente projecto, a condição de utilização da água tratada proveniente da ETAR é primordial, pois não só as Águas do Centro do Alentejo têm interesse, como não faz sentido “despejar” estas águas na linha de água e posteriormente regar Golf com água tratada. Quanto à questão do que fazer à água da ETAR se os sistemas de depuração não permitirem o seu encaminhamento para a albufeira (eventual avaria), o processo está simplificado, já que sendo o investimento de 2.500.000 € do promotor, este tem a possibilidade de interromper a bombagem e portanto o depósito dessa água na Herdade. Por outro lado não fará qualquer sentido existir por parte das ACA, licença para envio para domínio hídrico, e a mesma água não poder ser utilizada em rega, algo que consideramos ser do interesse de todos, portanto certamente a CCDR-Alentejo irá, não só, autorizar como apadrinhar tal Utilização, a água daí advinda utilizar-se-á somente para a rega do campo. Note-se ainda que ainda assim o golfe é deficitário em termos do balanço entre o que vem da ETAR e o volume necessário para a rega, sendo necessária o recurso à captação de água da albufeira em determinados meses do Ano (conforme explicitado na tabela/quadro).

A alimentação da rede de rega do Campo de Golfe em estudo pode ser proveniente de várias fontes: sistema público de abastecimento de água potável, “Águas do Centro do Alentejo”; Ribeira da Palheta; águas subterrâneas; ETAR do Redondo, exploração da Empresa “Águas do Centro do Alentejo”. Considerando: o reduzido caudal da Ribeira referida; a insuficiência de água existente no subsolo; o valor, não apenas económico, da água potável; e principalmente face à disponibilidade da água resultante do tratamento terciário efectuado na ETAR do Redondo, investimento público esse que necessita de ser amortizado, consideramos ser do interesse de todas as partes a utilização deste recurso mediante o investimento a efectuar pelo promotor de 2.500.000€ para transportar a água referida para alimentar o sistema de rega do Campo de Golfe em estudo. Este recurso, como já foi referido não é, em 4 meses por ano, por si só suficiente para as necessidades estimadas, pelo que se prevê nessa altura o recurso à água armazenada na albufeira da barragem em projecto.

A água proveniente da ETAR do Redondo entrará na propriedade pela sua extrema Norte, pela infra estrutura acima referida, sendo recebida no Lago n.º 6, localizado no extremo Norte da Herdade, onde será submetida a tratamento, eventualmente à base de ultra violetas ou uma fito-etar (de anotar que a ETAR do Redondo já possui tratamento terciário), para permitir a colocação dos caudais nos Lagos subsequentes.

Uma vez a água depositada no sexto lago esta circulará em conduta enterrada até ao quinto lago e assim sucessivamente até ao lago n.º1, junto ao início do campo de golfe. (conforme planta em anexo n.º2)

Este princípio permite manter os lagos sempre ao nível e garantir a oxigenação das águas.

Uma vez atingida a cota de pleno armazenamento dos lagos, a bombagem é interrompida até que por acção da rega a mesma volte a ser necessária.

Sendo este sistema excedentário em cerca de 8 meses no ano, ainda assim existirão quatro meses em que se prevê o recurso a água da albufeira para permitir a rega do campo. Assim, a água será bombada da albufeira para o lago n.º 1 a fim de permitir manter o nível dos lagos e a capacidade de rega do campo de golfe.

O sistema de rega encontra-se centralizado no lago grande (n.º 1), junto à vinha e ao buraco n.º 1 e é o responsável pela pressurização de todo o sistema de rega do campo (através de um sistema de bombas). No limite Oeste do lago n.º1 será instalado um sistema de tratamento, eventualmente por ultravioletas, que fará parte integrante do sistema de "overflow" da rede de rega. Este "overflow" só será utilizado em caso de afluência de águas pluviais inesperadas porquanto o sistema de bombagem de águas da ETAR é controlado por sondas de nível instaladas no lago n.º 1.

O escoamento de emergência, proveniente do anteriormente referido overflow, será enviado para a linha de água contigua ao golfe e vinha e reencaminhada para a albufeira, de forma gradual, acautelando os riscos inerentes de erosão das margens motivados pela escorrência.

REDE DE REGA

A rede de rega será baseada na utilização do aproveitamento das águas residuais provenientes do tratamento na ETAR do Redondo e nos meses de maior necessidade, da água da barragem a construir. Será igualmente utilizada a água dos lagos artificiais a criar para os excessos de escoamento da rega e de precipitação sobre alguns sectores do campo de golfe, como explicado no ponto seguinte, para reutilização na rega.

A rega do campo de golfe será garantida por um sistema de aspersores e será controlada por um sistema central computadorizado, contando com sensores de humidade nas zonas a regar, de modo a otimizar quer os volumes de rega, quer os excessos da rega, minimizando quaisquer impactes negativos a nível do transporte de eventuais fertilizantes e pesticidas para os lagos de recepção desses volumes excedentes.

A rega será efectuada por sectores, recorrendo a bombagem do lago n.º1 cuja água provém da ETAR e eventualmente da barragem, a bombagem prevê uma potência instalada de 90 a 130 KW e distribuição por condutas geridas por electroválvulas. Será um sistema da "TORO", vocacionado para golfe, com aspersores de médio e longo alcance (5 a 30 m), em baterias comandadas por electroválvulas e

válvulas à cabeça. Fazendo parte da mesma Rede de Rega, será instalada uma estação meteorológica que, articulada com o sistema de controlo ("SitePro" da TORO) proporcionará uma gestão eficaz da rega, com o auxílio de sensores

REDE DE DRENAGEM

Nas áreas de jogo – *greens* e *bunkers* – será efectuada drenagem sub-superficial, constituída por geodrenos e colectores que encaminharão as águas que não se infiltram para os lagos, sendo reaproveitadas para rega. No caso de águas excedentárias estas serão encaminhadas para uma Fito-ETAR, tirando partido da eficiência destas estruturas na depuração das águas, ou, tal como referido anteriormente, recorrendo a um sistema de depuração baseado na tecnologia ultra-violeta.

No caso da Fito-ETAR, esta estrutura representa uma tecnologia emergente, de baixos custos energéticos, eficiente e estética, susceptível de se revelar como uma boa alternativa aos sistemas convencionais no tratamento de águas residuais. Designadas em língua inglesa por *constructed wetlands*, *treatment wetlands*, *vegetated submerged beds*, *reed bed treatment systems*, as Fito-ETARs, são também conhecidas, em português, pelas denominações de lagoas e ou leitos de macrófitas, fito-lagunagem e ETARs através de plantas. Apresentam fortes potencialidades para uso na depuração de águas residuais (domésticas e outras), não só pela eficiência de remoção que a prática mundial vem demonstrando como também pelos seus baixos custos energéticos e mais-valia estética. O funcionamento das Fito-ETARs assenta na morfologia e na dinâmica funcional das zonas húmidas. A maior amplitude de potenciais redox nos solos das zonas húmidas, confere-lhes uma dilatada e extensa capacidade de processar substâncias o que se procura otimizar na concepção, instalação e exploração das Fito-ETAR. A depuração das águas residuais nas Fito-ETARs decorre através de diversos mecanismos e processos de natureza física, química e biológica: sedimentação, filtração adsorção, volatilização, precipitação, decomposição, metabolismo bacteriano (em particular: a amonificação, a nitrificação, e a desnitrificação), metabolismo vegetal, absorção radicular e mortalidade natural. O papel que as plantas desempenham nas Fito-ETARs, relaciona-se directamente com a principal adaptação das macrófitas à vida em ambientes saturados em água: o desenvolvimento de espaços lacunares internos – aerênquimas – por onde circulam as principais substâncias gasosas necessárias ao metabolismo das plantas e à dinâmica dos seus substratos.

Será imprescindível a monitorização da qualidade da água à saída destes sistemas de depuração de água. Dependendo dos resultados obtidos, assim se poderá enviar a água tratada para a albufeira, em cumprimento da legislação vigente.

Nas áreas de *fairways* e *rough* aproveitar-se-á a topografia do terreno para promover o escoamento superficial livre para as linhas de água existentes e lagos a construir.

A rede de drenagem é projectada com o objectivo de assegurar uma drenagem rápida do terreno em caso de precipitação acentuada e a captação e encaminhamento da água a partir dos níveis sub-superficiais, a evacuação de água em zona de estagnação e a eliminação rápida da água de todas as zonas de jogo.

Em *greens* e *tees* e ainda em zonas críticas dos *fairways*, a drenagem será executada em "espinha de peixe" com tubo Geodreno de 100mm de diâmetro, envolvido em seixo do rio calibre de 5 a 10 mm – "Peagravel" ou outro inerte semelhante – e, nas ligações aos

lagos, tubos não perfurados em PVC. Existirão caixas de visita e grelhas nos locais adequados, nomeadamente em pontos de mudança de direcção, as quais serão construídas em alvenaria ou serão formadas por elementos pré-fabricados, e que servirão igualmente para permitir a monitorização de elementos residuais.

3.4 – ESCLARECER MELHOR A QUESTÃO ABORDADA NO ÚLTIMO PARÁGRAFO DA PÁGINA 31, DO TOMO I (VOL. II – RELATÓRIO SÍNTESE).

O parágrafo em causa insere-se na descrição da gestão da água no âmbito do projecto golfe e da barragem e também do próprio empreendimento. Assim, é de todo o interesse escarpelizar novamente esta questão, redefinindo o texto.

A alimentação da rede de rega do Campo de Golfe em estudo pode ser proveniente de várias fontes: sistema público de abastecimento de água potável, “Águas do Centro do Alentejo”; Ribeira da Palheta; águas subterrâneas; ETAR do Redondo, exploração da Empresa “Águas do Centro do Alentejo”.

Considerando: o reduzido caudal da Ribeira referida; a insuficiência de água existente no subsolo; o valor, não apenas económico, da água potável; e principalmente face à disponibilidade da água resultante do tratamento terciário efectuado na ETAR do Redondo, consideramos ser do interesse de todas as partes a utilização deste recurso mediante o investimento a efectuar pelo promotor de € 2.500.000,00 para transporte e bombagem da água referida para “alimentar” o sistema de rega do Campo de Golfe em estudo. Este recurso, como já foi referido não é, em 4 meses por ano, por si só suficiente para as necessidades estimadas, pelo que se prevê nessa altura o recurso à água armazenada na albufeira da barragem do projecto.

3.5 – APRESENTAR A SOLUÇÃO DE TRATAMENTO E ENCAMINHAMENTO DOS EFLUENTES TRATADOS, ASSOCIADOS AO SISTEMA DE LAVAGEM DE BETONEIRAS E AUTOBETONEIRAS, NA FASE DE CONSTRUÇÃO.

Regra geral, obras de grande envergadura, que envolvam volumes elevados de betão, possuem centrais próprias de betonagem. Centrais estas que, por força da lei, possuem sistemas autónomos de depuração dos efluentes provenientes da lavagem de betoneiras e autobetoneiras.

Neste projecto, atendendo ao facto de vir a ser desenvolvido por fases e, também, ao baixo volume de betão a utilizar, não está prevista a instalação de uma central de betonagem, sendo necessário recorrer a centrais de betão pronto em local próximo.

Assim sendo, as águas de lavagens de betoneiras e autobetoneiras são mantidas no interior das autobetoneiras e transportadas para a unidade de depuração da central de betão pronto, não dando por isso origem a efluentes líquidos no local da obra.

No entanto, caso se venha a verificar necessário, está acautelada a implementação de uma bacia estanque e devidamente impermeabilizada, com vista à retenção destas águas. Parte da água forma flocos com as partículas de cimento existentes, sedimenta e acaba por solidificar, sendo a outra parte perdida por evaporação. Depois de solidificado, este material de base cimentosa é partido e retirado da bacia e transportado para um operador de gestão de resíduos devidamente licenciado para o receber e valorizar/eliminar.

Das soluções equacionadas e apresentadas pode-se concluir que, no local da obra, os efluentes líquidos provenientes da lavagem de betoneiras e autobetoneiras terão uma magnitude baixa e um impacto pouco significativo no Ambiente.

3.6 – INDICAR O DESTINO FINAL DOS EFLUENTES PRODUZIDOS NO ESTALEIRO (DOMÉSTICOS E INDUSTRIAIS), NA FASE DE CONTRUÇÃO.

Durante a fase de construção, serão instalados na obra Sanitários Químicos, pelo que não existirão efluentes domésticos provenientes das instalações sanitárias.

Quanto aos efluentes domésticos provenientes dos balneários e aos efluentes de características industriais, estes serão encaminhados até uma ETAR Compacta a instalar no local e, posteriormente, a água tratada será descarregada numa fossa dotada de poço absorvente.

4 – Uso do Solo

4.1 – QUANTIFICAR (EM HECTARES) AS ÁREAS CORRESPONDENTES ÀS DIFERENTES CLASSES DE USO DO SOLO E DAS ÁREAS DE CONDICIONANTE RAN.

Classes	Sub-Classes	hectares	%	%
		na Área de Estudo	na Classe de Uso do Solo	na Área de Estudo
I - Formações Arbóreas e Arbustivas Autóctones (19,95 ha; 6,6552%)	Azinho + Matos esclerófilos (densidade média)	4,93	24,69	1,64
	Azinho + Matos esclerófilos (densidade baixa)	4,92	24,64	1,64
	Azinho + Matos esclerófilos (densidade alta)	1,36	6,83	0,45
	Vegetação ripária diversa (densidade baixa)	2,39	11,97	0,80
	Vegetação ripária diversa (densidade média)	0,42	2,11	0,14
	Vegetação ripária diversa (densidade alta)	0,32	1,59	0,11
	Azinho (densidade média)	3,56	17,86	1,19
	Azinho (densidade alta)	0,24	1,22	0,08
	Matos esclerófilos	1,82	9,11	0,61
II – Form. Herbáceas Autóctones (2,08 ha; 0,696%)	Juncais + Veg. nitrófila ass. (densidade baixa)	2,09	100,00	0,70
III – Montados (73,85 ha; 24,617%)	Montado de azinho	70,49	95,45	23,50
	Pastagens de sequeiro + Azinheiras dispersas	118,56	59,34	39,52
	Montado de azinho e sobre	3,36	4,55	1,12
IV – Zonas Agrícolas (199,75 ha; 66,595%)	Pastagens de sequeiro + Az. e Oliv. dispersas	11,38	5,69	3,79
	Pastagens de sequeiro	50,06	25,06	16,69
	Olival	0,56	0,28	0,19
	Vinha	19,24	9,63	6,41
V – Zonas Florestais (1,245 ha; 0,415%)	Eucaliptal (densidade alta)	1,25	100,00	0,42
VI – Zonas Sociais (2,058 ha; 0,686%)	Habitação	1,84	89,18	0,61
	Apoio agrícola	0,22	10,82	0,07
VII – Meio Hídrico (0,14 ha; 0,046%)	Charcas	0,14	100,00	0,05

CONDICIONANTE		Área (m ²)	Área (ha)
POVOAMENTO DE AZINHO		1315044,14416734 m ²	131,50ha
RAN		280808,113147223m²	28,08ha
REN		692375,325045619m ²	69,24ha
	<i>Leitos dos Cursos de Água</i>	37994,3002854447m ²	3,8ha
	<i>Áreas com Risco de Erosão</i>	444359,131084117m ²	44,44ha
	<i>Zonas Ameaçadas pelas Cheias</i>	210021,893676055m ²	21ha
OLIVAL		6120,59752781624m ²	0,61ha

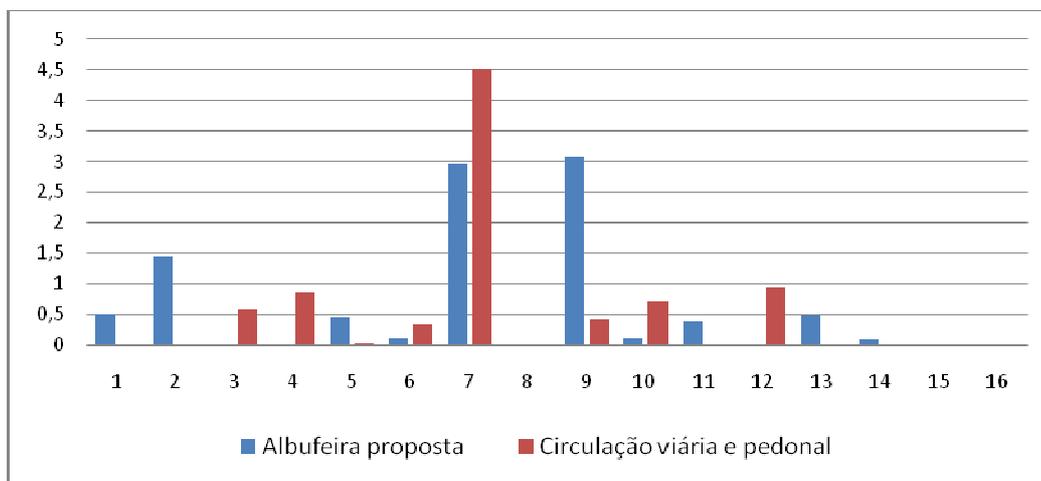


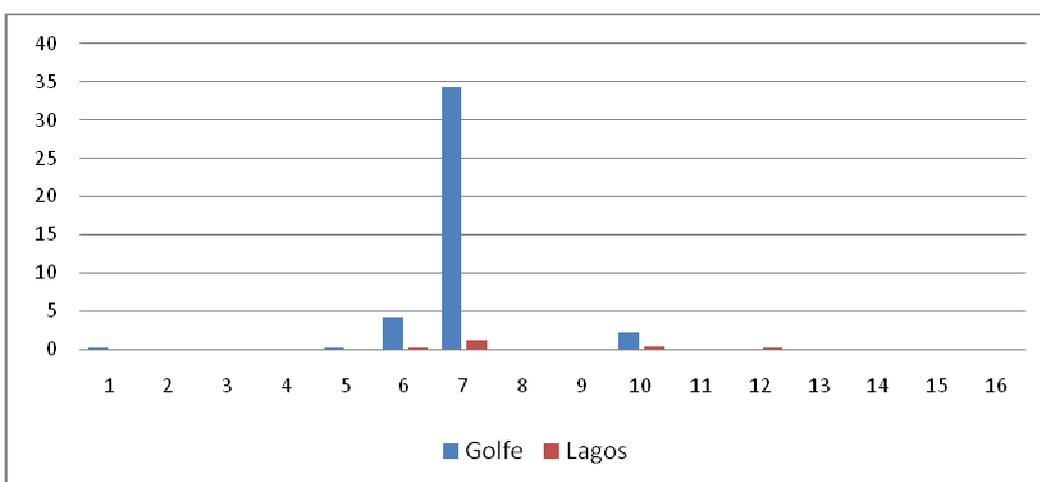
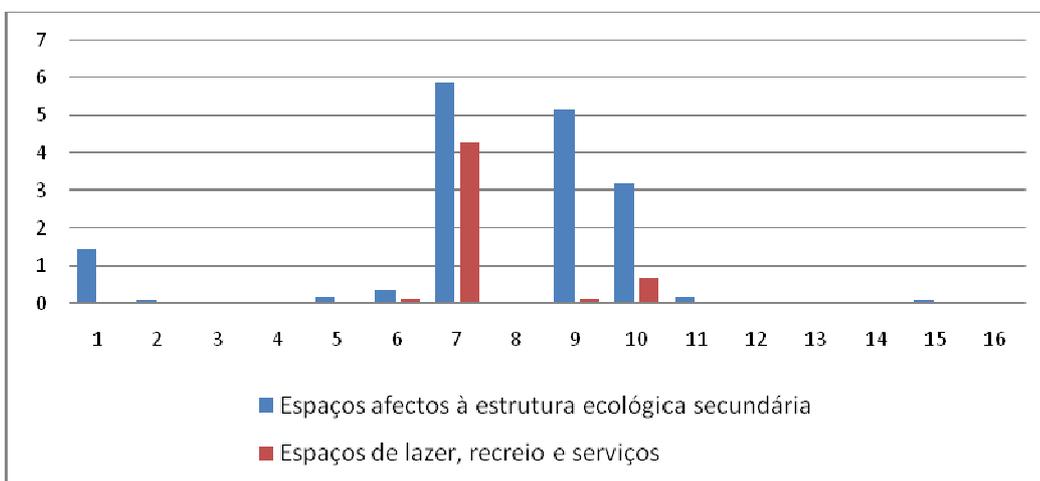
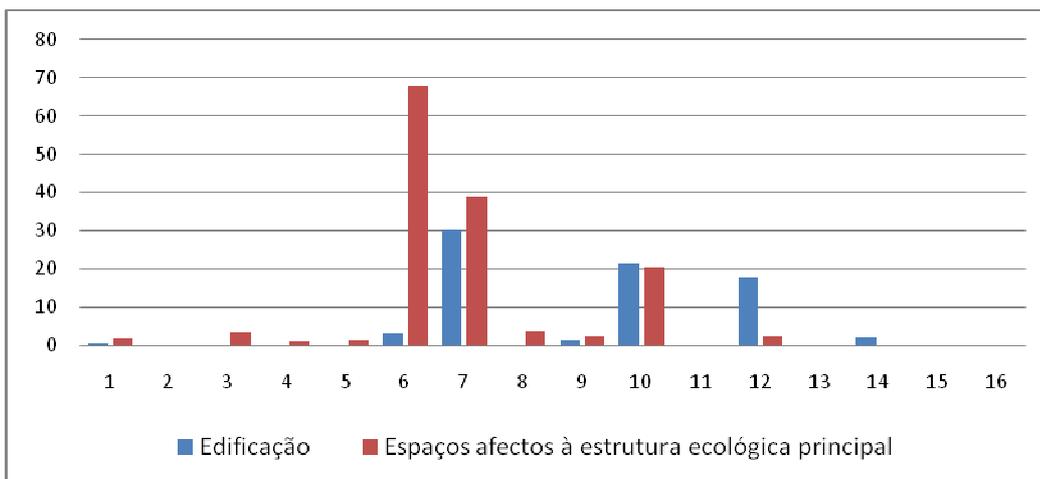
4.2 – DISCRIMINAR, EM QUADRO, A AFECÇÃO DAS VÁRIAS CLASSES DE USO DO SOLO ÀS DIFERENTES COMPONENTES DO PROJECTO (CAMPO DE GOLFE/LAGOS, ESPAÇOS ENVOLVENTES, INCLUINDO ÁREAS VERDES E MONTADO, VIAS E EQUIPAMENTO E ALBUFEIRA).

Classes de Uso do Solo	Sub-Classes de Uso do Solo	Código
I - Formações Arbóreas e Arbustivas Autóctones (6,6552%)	Azinho + Matos esclerófilos	1
	Vegetação ripária diversa	2
	Azinho	3
	Matos esclerófilos	4
II – Form. Herbáceas Autóctones (0,696%)	Juncais + Veg. nitrófila ass.	5
III – Montados (24,617%)	Montado de azinho	6
IV – Zonas Agrícolas (66,595%)	Pastagens de sequeiro + Azinheiras dispersas	7
	Montado de azinho e sobro	8
	Pastagens de sequeiro + Az. e Oliv. dispersas	9
	Pastagens de sequeiro	10
	Olival	11
	Vinha	12
V – Zonas Florestais (0,415%)	Eucaliptal	13
VI – Zonas Sociais (0,686%)	Habitação	14
	Apoio agrícola	15
VII – Meio Hídrico (0,046%)	Charcas	16

Unidades do Espaço	% do Total da Herdade	Sub-Classes de Uso do Solo [área – ha]															
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Albufeira proposta	3,2	0,493	1,452	-	-	0,447	0,109	2,980	-	3,082	0,099	0,381	-	0,489	0,083	-	-
Circulação viária e pedonal	2,8	-	-	0,581	0,855	0,017	0,331	4,517	0,008	0,412	0,706	-	0,944	-	0,004	0,001	-

Edificação	25,1	0,320	-	-	-	0,014	3,176	29,974	-	1,420	21,369		17,820	-	1,897	0,091	-
Espaços afectos à estrutura ecológica principal	47,5	1,690	0,106	3,261	1,139	1,429	67,893	38,807	3,673	2,308	20,558	0,038	2,239	-	0,036	0,088	0,007
Espaços afectos à estrutura ecológica secundária	5,6	1,458	0,059	-	-	0,148	0,336	5,871	-	5,150	3,150	0,141	-	0,007	-	0,065	-
Espaços de lazer, recreio e serviços	1,7	-	-	-	-	-	0,121	4,256	-	0,134	0,669	-	-	-	-	-	-
Golfe	13,6	0,116	0,003	-	-	0,126	4,255	34,346	-	-	2,154	0,052	-	-	-	-	0,001
Lagos	0,7	-	-	-	-	0,073	0,250	1,116	0,011	-	0,339	-	0,164	-	-	-	0,081







4.3 – CONFIRMAR A MANCHA DE IMPLANTAÇÃO DA CONDICIONANTE RAN NA CARTA N.º 19, DADO QUE ESTA MANCHA PODERÁ EVENTUALMENTE ESTAR MAL IMPLEMENTADA. NORMALMENTE ESTA CONDICIONANTE ENCONTRA-SE ASSOCIADA A LINHAS DE ÁGUA E SOLOS COM CAPACIDADE DE USO CH, O QUE NÃO ACONTECE COM ESTA IMPLANTAÇÃO.

Depois de se confrontar a cartografia apresentada em sede de EIA com a carta de Condicionantes do PDM de Redondo, reconhece-se a falha e apresenta-se uma nova versão corrigida. (ver anexo 3)

4.4 – RECTIFICAR OS LAPSOS CONSTANTES NO CAPÍTULO DE ANÁLISE DE IMPACTES, DESIGNADAMENTE:

4.4.1 – A TRANSIÇÃO DA AVALIAÇÃO DO IMPACTE DENOMINADO “SOLO_C5” PARA O QUADRO RESUMO NÃO ESTÁ COINCIDENTE, NO QUE RESPEITA AO “TIPO DE IMPACTE”.

4.4.2 - A TRANSIÇÃO DA AVALIAÇÃO DO IMPACTE DENOMINADO “SOLO_E1” PARA O QUADRO RESUMO NÃO ESTÁ COINCIDENTE, NO QUE RESPEITA À “DURAÇÃO DE IMPACTE”.

Apresenta-se nova versão do Volume II – Tomo 3 em virtude destes pontos e dos 1.1 e 2.1.

5 – Património Cultural e Arqueológico

5.1 – INTEGRAÇÃO NO INVENTÁRIO DAS DOZE OCORRÊNCIAS EM FALTA E CONSTANTES NO SIG – PATRIMÓNIO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE REDONDO.

Para além da situação de referência apresentada no EIA, apontam-se novos dados resultantes da análise dos elementos enviados à equipa e a nova campanha de trabalho de campo. Esta informação também disponível do relatório entregue no IGESPAR, IP.

5.2 – AVALIAÇÃO DE IMPACTES E PROPOSTA DE MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO, TENDO EM CONTA ESTAS DOZE OCORRÊNCIA.

Apresenta-se nova versão do Volume II – Tomo 3, onde esta informação surge contemplada.

5.3 – EFECTUAR AO IGESPAR, IP DA CORRESPONDENTE REFORMULAÇÃO DO RELATÓRIO DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS, PARA VALIDAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO EIA.

Foi entregue novo relatório ao IGESPAR, IP.

6 – Ordenamento do Território

6.1 – No Vol. II – TOMO 2, CAP. II – SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA, A SIGLA CORRESPONDENTE AO PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DA VIGIA É POAV (PP. 239). A AFIRMAÇÃO CONTIDA NO 1º PARÁGRAFO DA PP. 242 É INCORRECTA, DADO QUE EM TODOS OS IGT SÃO ACAUTELADAS AS QUESTÕES REFERIDAS.

RECONECE-SE O LAPSO.

6.2 – O REGIME JURÍDICO DA REN FOI REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 166/2008 DE 22 DE AGOSTO.

NO PRIMEIRO PARÁGRAFO DO PONTO 2.4.2 – CONDICIONANTES E RESTRIÇÕES LEGAIS (PP. 247), DEVER-SE-Á LER:

O regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) encontra-se previsto do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006, de 6 de Setembro, por sua vez alterado pela Declaração de Rectificação n.º 75-A/2006 que incide sobre o Anexo IV e republicado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto.

6.3 – REFERIR A NECESSIDADE DE SER SOLICITADA À COMISSÃO DA RESERVA AGRÍCOLA A AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO NÃO AGRÍCOLA DAS ÁREAS ABRANGIDAS PELA ALBUFEIRA E EVENTUALMENTE PELO CAMPO DE GOLFE, DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 196/89 DE 14 DE JUNHO, ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º 274/92 DE 12 DE DEZEMBRO.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 196/89 de 14 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 274/92 de 12 de Dezembro, a área classificada como RAN dentro dos limites da barragem/albufeira e golf terá de ver o pedido para de **“Autorização para utilização não agrícola de um solo da Reserva Agrícola Nacional”** deferido pela Comissão da Reserva Agrícola.

Os pedidos de autorização de uso já deram entrada nos Serviços, aguardando-se resposta.

Junto se anexa cópia dos referidos requerimentos entregues na DRAPAL (ver anexo 4).

7 – Componente Social

7.1 – APRESENTAR UMA CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA ACTUAL DO CONCELHO DE REDONDO OU DO SECTOR TURÍSTICO, CORRESPONDENTE À PRINCIPAL ACTIVIDADE ECONÓMICA A DESENVOLVER (AGRICULTURA E TURISMO) NO ÂMBITO DO PROJECTO PIN DE QUE FAZEM PARTE AS COMPONENTES DO PRESENTE EIA.

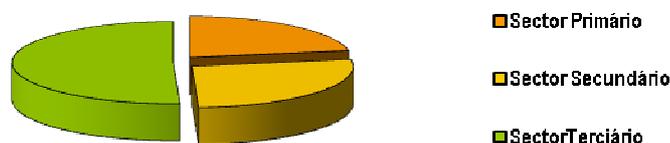
Relativamente à **estrutura económica** do concelho no que diz respeito à distribuição da população segundo o sector de actividade, o sector terciário, ocupa 50,65% da população residente empregada no concelho de Redondo. Quando comparados os valores do concelho com a região do Alentejo Central, observa-se que a população empregada no sector primário é percentualmente superior no concelho – 22,25%, sendo o valor do Alentejo Central de 12%. No sector secundário, as percentagens são praticamente iguais – 28%; na região contra 27,09% no concelho de Redondo. No sector terciário, o concelho de Redondo, com 50,65%, está abaixo da média para a região do Alentejo Central, que se cifra nos 60% (Quadro 1 e Gráfico 1).

Quadro 1 – Distribuição da População Residente segundo o sector de actividade económica na Região do Alentejo Central e no Concelho de Redondo, 2001

Unidade Territorial	Pop. Res. Empregada	População Residente segundo o sector de actividade económica		
		Primário	Secundário	Terciário
ALENTEJO CENTRAL	75723	9104	21128	45491
Redondo	3060	681	829	1550

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Censos 2001

Gráfico 1 - Sectores de Actividade Económica no concelho de Redondo



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Censos 2001

Importa referir, o peso que o sector primário tem vindo a perder em todo o território nacional, sendo particularmente interessante analisar esta questão quando confrontada com alternativas eficientes face às alteração do usos do solo.

Relativamente à actividade turística, que integra o sector terciário, a área Regional de Turismo do Alentejo (ART Alentejo), com praticamente 9 mil camas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos, concentra apenas 3% da capacidade de alojamento existente a nível nacional. Cerca de 38% da capacidade das 139 unidades de alojamento registadas em 2007 é oferecida em Hotéis (dimensão média unitária de 111 camas), tipologia que registou um aumento de 456 camas (+16%) face a 2006. Embora com uma representatividade muito inferior aos Hotéis, aferida pela quota do número de camas, as 14 Pousada existentes na região (quota de 8,8%) totalizam 53% capacidade de oferta nacional nesta tipologia de unidades.

As Pensões, Estalagens e Motéis estão inseridas em "Outros", sendo de destacar as primeiras pela quota que representam no conjunto da capacidade de alojamento disponível na área regional de turismo do Alentejo (35%).

Em 2007, a NUTS II Alentejo alcançou os 59,3 milhões de euros de proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos, o que representa um aumento de 22,8% face a 2006. Note-se que a área regional do Alentejo representa, em termos de número de hóspedes, cerca de 90% da NUTS II Alentejo.

A área Regional do Alentejo atraiu 610 mil hóspedes em 2007, os quais deram origem a 998 mil dormidas no mesmo ano, indicadores que registaram aumentos da ordem dos 14% e 15% face a 2006, designadamente com +76 mil hóspedes e +131 mil dormidas em valores absolutos. Contudo, embora se tenham verificado aumentos significativos nestes indicadores, a estada média associada manteve-se nas 1,6 noites.

No conjunto dos estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos, os Hotéis captaram 45,0% das dormidas efectuadas na região (448,9 milhares), tipologia que verificou um acréscimo homólogo da procura da ordem dos 24%, traduzido em +87 mil dormidas face a 2006.

A área regional do Alentejo tem vindo a registar uma evolução significativa desde 2005, com aumentos médios anuais na ordem dos 2 dígitos (10% para os hóspedes e 10,1% para as dormidas), valores superiores à média nacional (5,8% e 8,0% para os hóspedes e dormidas, respectivamente). O ano de 2007 veio consolidar a boa performance, com taxas de crescimento nos hóspedes

SUB SUBSISTEMA SECTOR TURÍSTICO

O PENT pretende inverter a tendência que se tem verificado, de considerar apenas as regiões do Algarve, Lisboa e Madeira, para passar a considerar com efectiva capacidade e potencial grande parte o território do país, apostando em novos pólos de atracção turística: Porto, Douro, Oeste, Serra da Estrela, Lisboa, Alqueva, Litoral Alentejano, Algarve, Açores e Madeira.

No PENT são apontados **10 "produtos turísticos estratégicos"** para o território nacional. Todos estes produtos podem ocorrer na região Alentejo, em maior ou menor grau de importância, dependendo dos recursos e factores distintivos de cada sub-região.

Segundo o PENT "o modelo de desenvolvimento de curto prazo do Alentejo passa pelo contraste entre um ambiente tranquilo e uma região de animação turística, com diversas actividades ao ar livre. Assim, o produto chave da **região é o circuito turístico (touring)**

cultural e paisagístico, secundado pelo sol e mar. **O golfe, o turismo náutico. a saúde e bem-estar, os conjuntos turísticos (resorts) integrados e turismo residencial e a gastronomia e vinhos constituem produtos diversificadores da oferta".**

Dos seis novos pólos de desenvolvimento turístico (para além da região dos Açores) preconizados pelo PENT a nível nacional. o Alentejo abarca dois: **o pólo turístico de Alqueva** e **o pólo turístico do Litoral Alentejano**. O **pólo Alqueva**, focalizado no grande espelho de água, pretende-se apoiado em conjuntos turísticos integrados em circuitos turísticos (*touring*) cultural e paisagístico, no golfe, em actividades náuticas, e na gastronomia e vinhos. O pólo "Litoral Alentejano", pretende-se apoiado no produto sol e mar. em circuitos turísticos (*touring*) cultural e paisagístico, em conjuntos turísticos integrados (resorts) e no golfe.

Partindo duma realidade turística com uma escala regional única, assente em características fundamentais distintivas (identidade regional cultural e patrimonial, singularidade paisagística. preservação do património natural e cultural, qualidade e diversidade dos produtos, entre outras), o modelo territorial estabelece uma estratégia regional de desenvolvimento turístico, consubstanciada na definição de cinco zonas com vista à promoção de produtos e programas de desenvolvimento turístico de base territorial potenciando as especificidades sub-regionais no que se refere a valores e recursos turísticos.

No âmbito do PROT Alentejo, agora em Discussão pública, sujeito a alteração, são definidas 5 Zonas de desenvolvimento sendo que área do **Plano de Pormenor da Herdade da Palheta** integra na **Zona B – envolvente de Évora, encontrando-se na zona de transição com a Zona A – Alqueva:**

Zona B – Envolvente de Évora

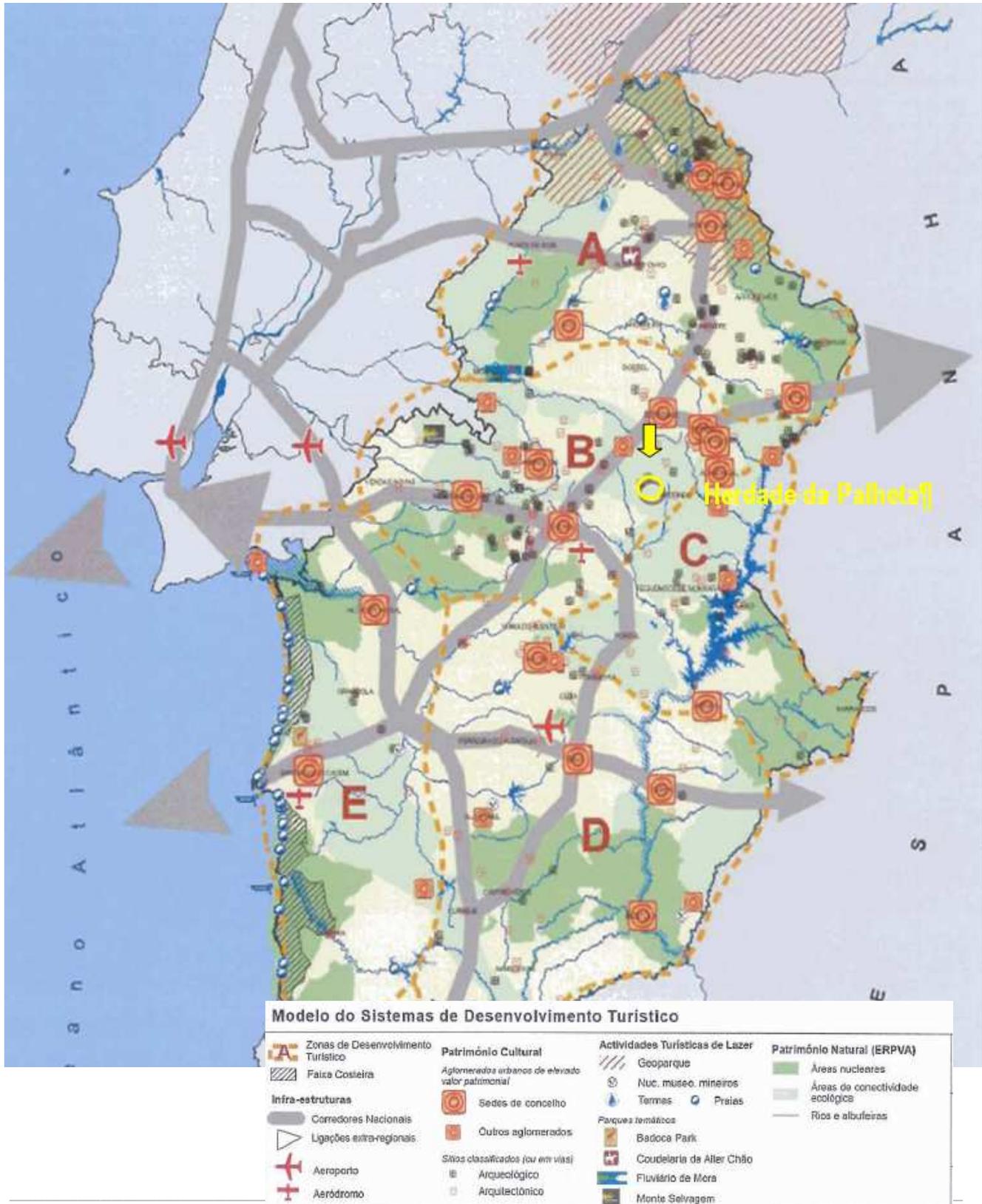
- a) A cidade-museu de hora tem testemunhos que remontam ao tempo do Império Romano, conservando ainda, no seu núcleo central, vestígios de diversas civilizações: Romanos. Árabes. Judeus e Cristãos que influenciaram a cultura eborense. Reconhecida a importância do seu património como "...de valor universal excepcional...", é um dos 13 bens a nível nacional e o único da região Alentejo, classificado como Património Mundial na UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
- b) Monumentalidade do seu património edificado tanto em meio urbano como rural (e.g. Estremoz. Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo e Vila Viçosa) dos pequenos conjuntos edificados e sítios arqueológicos ou megalíticos (e.g. Cromeleque dos Almendres e Anta Grande do Zambujeiro), é testemunha das gentes que deixaram as marcas da sua presença, com destaque para a gastronomia, os vinhos e o artesanato (e.g. tapetes de Arraiolos).
- c) Também o património natural e ambiental¹ (e.g. sítio de Monfurado integrado na Rede Natura 2000), pode desempenhar um papel de valorização turística desta sub-região no que se refere aos passeios na natureza, observação astronómica, da fauna e flora, orientação. BTT, entre outros, muitos deles já com actividades e percursos sinalizados ou organizados e dotados de infra-estruturas e equipamentos de apoio (e.g. Fluviário de Mora e o Centro Ciência Viva de Estremoz).
- d) O incremento de meios turísticos de qualidade (alojamento hoteleiro. serviços de animação e restauração) e de equipamentos complementares (salas de reunião e auditórios) irá assegurar cada vez mais as condições necessárias a dinamização dum turismo de encontros, reuniões, seminários e congressos.
- e) O turismo industrial também pode ser uma das actividades a ter alguma representatividade na região principalmente na Zona dos Mármore, através da utilização de pedreiras inactivas em percursos geoturísticos que divulguem os recursos

geológicos presentes, a actividade industrial ligada ao sector e a sua articulação com o património histórico e cultural da região.

Zona A – Alqueva

- a) A presença do maior lago artificial da Europa nesta Zona criou novas oportunidades de desenvolvimento de que se destacam o turismo e o lazer. Nas zonas ribeirinhas podem-se identificar um conjunto de aldeias com significativo património cultural e ambiental (Amieira, Alqueva, Campinho, Capelins, Estrela. Granja, Juromenha. Nova Aldeia da Luz, Marmelar, Mina da Orada, Monsaraz, Monte do Trigo, Pedrógão, Póvoa de S. Miguel, São Marcos do Campo e Telheiro) que, se associadas a um conjunto de infra-estruturas de apoio, apresentam um diversificado potencial de dinamização turística associado ao plano de água: *touring* cultural e de natureza, pesca desportiva, turismo náutico de recreio, entre outros.
- b) Uma vez que o espelho de água também inclui terras de Espanha, podem ser desenvolvidas actividades turísticas entre os vários espaços, contribuindo para o fortalecimento da oferta turística do Alentejo no mercado espanhol. O estabelecimento de ligações fluviais pode contribuir para reforçar os laços transfronteiriços na área de influência da albufeira de Alqueva.
- c) A presença de um património histórico-arqueológico significativo (com destaque para os núcleos Urbanos fortificados de Monsaraz, Juromenha e Noudar). que não se pode dissociar do património da **Zona B**, pode contribuir para a realização de percursos turísticos que conjuguem os aspectos culturais e Ambientais de excepção. O crescente interesse de investimentos turísticos associados a conjuntos turísticos (*resorts*) integrados (respeitando as características paisagísticas, culturais e ambientais) que associados a paisagem única, proporcionada pelos montados de sobro e azinho, fazem com que esta zona se diferencie significativamente de outros destinos, constituindo-se como um dos seis novos pólos turísticos de desenvolvimento identificados no âmbito do PENT.
- d) Associado ao investimento em conjuntos turísticos integrados encontra-se um conjunto de campos de golfe que poderão, a prazo, colocar o Alentejo nas rotas do destino golfe. Para tal é necessário que estes equipamentos sejam sustentáveis, i.e. associados a uma diversidade de características desportivas e paisagísticas bem como a uma oferta de alojamento de alta qualidade.

Figura 1: Modelo do Subsistema de Desenvolvimento Turístico



7.2 – CARACTERIZAR EQUIPAMENTOS COLECTIVOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJECTO.

“Equipamentos de Utilização Colectiva - Área afecta a instalações (inclui as ocupadas pelas edificações e os terrenos envolventes afectos às instalações) destinadas à prestação de serviços, às colectividades (saúde, ensino, administração, assistência social, segurança pública, protecção civil, etc.), à prestação de serviços de carácter económico (mercados, feiras, etc.) e à prática de actividades culturais, de recreio e lazer e de desporto.”

Na área do Plano de Pormenor da Herdade da Palheta apenas existem equipamentos colectivos necessários ao desenvolvimento do empreendimento turístico no âmbito do Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos, dec. Lei 39/2008, constantes do plano de pormenor e dos projectos a apresentar, nomeadamente o campo de Golfe em análise. Perante a vocação turística a implementar na Herdade os equipamentos serão de recreio e lazer e destinam-se prioritariamente aos utilizadores dos vários empreendimentos turísticos, bem como aos utilizadores do campo de golfe. Na localidade mais próxima, Freixo, não foram detectados equipamentos colectivos. No entanto está prevista uma parceria com uma herdade vizinha a criação/desenvolvimento de uma unidade de desporto Hípico. Alargando a área de análise apresentamos de seguida uma listagem dos equipamentos na área do município do Redondo.

Seguindo a definição acima transcrita, encontramos no Concelho do Redondo os seguintes equipamentos colectivos:

Posto de Turismo, Praça da República n.º 5/6, 7170-011 Redondo, Tel: 266 989 210;

Biblioteca Municipal de Redondo, Rua D. Arnilda e Eliezer Kamenesky, 7170 Redondo, Tel: 266 909 126;

Centro Cultural de Redondo, Largo Duques de Bragança, 7170-037 Redondo;

Ecomuseu, Estrada Municipal, 524, 7170 Redondo, Tel: 266 989 210;

Museu do Barro, Alameda de Santo António, 7170 Redondo, Tel: 266 989 210;

Museu do Vinho, Praça da República, 7170-011 Redondo, Tel: 266 989 210;

Enoteca do Redondo, Rua do Castelo, 7170 Redondo;

Piscinas Municipais do Redondo, Rua Conde de Monsaraz, 7170-045 Redondo;

Pavilhão de Exposições de Redondo

Centro de Saúde de Redondo, Rua do Castelo, 7170-055 Redondo, Tel: 266 909 127;

Obra de São José Operário, (Iar), Rua Lagar, Aldeias Montoito 7200-051

Equipamentos Turísticos – Hoteleiros:

Hotel Convento de São Paulo, (Hotel de 4 Estrelas), Aldeia da Serra, 7170-120 Redondo, Tel: 266 989 160;

Parque do Redondo, (Resort), Barragem da Vigia, Tel: 266 999 625 ou 969 375 123;

Água d'Alte, (Agro-turismo), Aldeia da Serra, 7170-120 Redondo, Tel: 266 989 170

Quinta da Talha, (Turismo Rural), Estrada do Freixo, 7170 Redondo, Tel: 266 999 468 ou 919 125 961;

Clube de Quartos, (Pensão), Travessa do Mazombo, 14, 7170 Redondo, Tel: 266 909 417 ou 968 931 371;

Casa de Hóspedes Bastião, (Pensão), Rua Manuel Joaquim da Silva, 5-B, 7170 Redondo, Tel: 266 989 110

7.3 – CARACTERIZAR AS ACESSIBILIDADES DA ZONA DE INFLUÊNCIA DO PROJECTO E AS QUE SERÃO AFECTADAS AO MESMO.

A Herdade da Palheta localiza-se cerca de 15 km a poente de Redondo e 3 Km do Freixo, a sudoeste da Serra de Ossa. O limite sul da Herdade da Palheta encontra-se adjacente à EN 254, constituindo esta, a sua única acessibilidade rodoviária directa. Esta via, que liga Évora (situada a 21 km da Herdade) ao Redondo, permite assegurar uma comunicabilidade bastante razoável à área de intervenção, tanto a nível local como regional.

A comunicação com destinos mais longínquos, nomeadamente com outras sedes de concelho, com sedes de Distrito a norte de Évora, com Espanha, com Lisboa, ou com o litoral em geral, é assegurada, fundamentalmente, **pela A6 (IP7)** - que constitui o acesso mais rápido a destinos como Lisboa, Setúbal e Montemor-o-Novo, para ocidente, ou Estremoz, Elvas e Badajoz, para oriente -, ou, em menor escala, pela EN 18 - que também permite o acesso aos mesmos destinos que a A6 para oriente. Ambas as vias se situam a cerca de 14 km da Herdade da Palheta, sendo que o acesso mais directo às mesmas pode ser conseguido por intermédio da antiga **EN 254-1** (situada já no concelho de Évora), que intersecta a **EN 254** a pouco mais de 2 km a oeste da propriedade.

O acesso ao interior é maioritariamente assegurado pelo **IP2**, que em direcção a Norte se integra na **A6** e se cruza com a **EN 18** na zona de Estremoz seguindo depois, autonomamente, para Portalegre, e em direcção ao sul onde se integra na **EN 18** a partir de Évora.

Resumidamente, a facilidade de ligação às vias descritas permite, de forma mais ou menos directa, o acesso às principais cidades do país, incluindo Lisboa e Porto, bem como à fronteira do Caia.

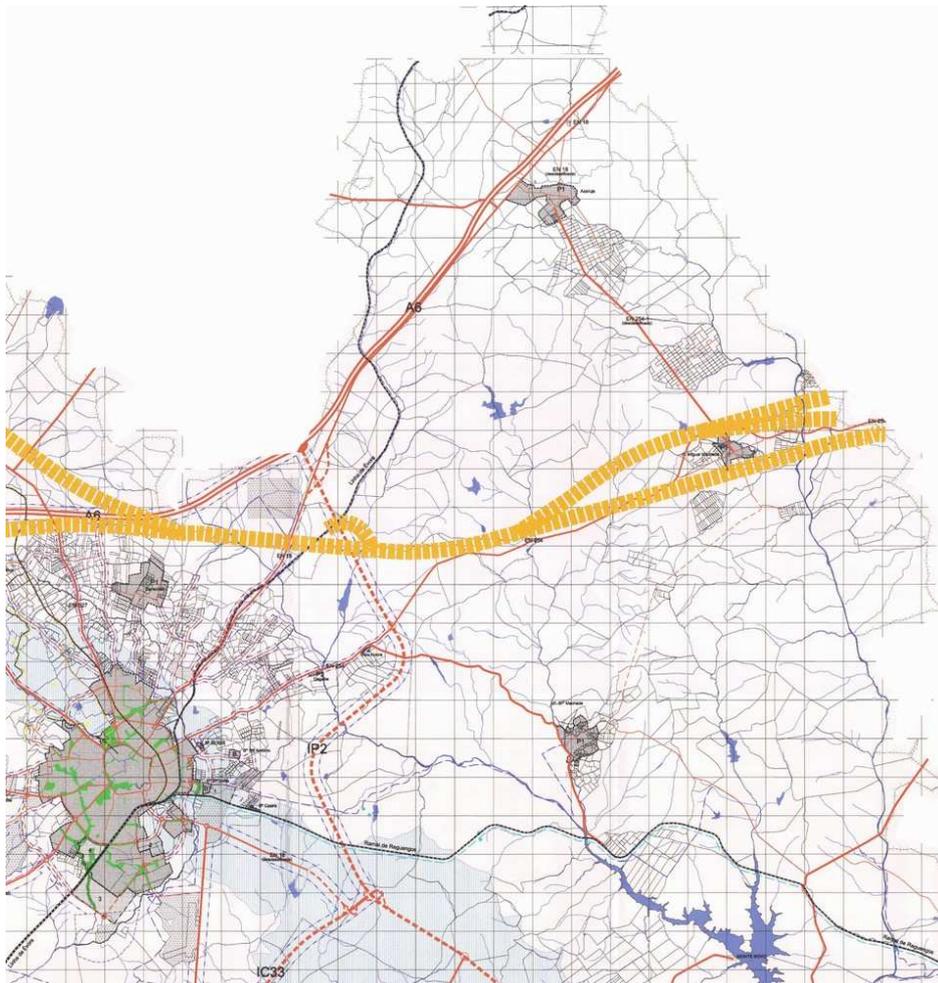
Com as ligações viárias asseguradas aos principais pontos do país e a relativa proximidade à cidade de Évora, é de grande vantagem para o fomento de qualquer actividade económica, gerando simultaneamente o reverso da situação desejada, ou seja a perda de população em idade activa, para os grandes centros urbanos nomeadamente Lisboa, originando situações de abandono das áreas rurais.

Da análise efectuada ao Plano de Pormenor, vertente Turística e Golfe, verifica-se que, nos termos da Conferência de serviços de 03 de Julho de 2008 é emitido parecer favorável ao empreendimento na sua globalidade e portanto entendemos que existe capacidade de resposta das várias opções viárias de acesso á Palheta não obstante a nova realidade populacional.

Verifica-se ainda que a EP- Direcção de estradas do distrito de Évora, aponta ainda para uma melhoria no nó de intersecção á propriedade (projecto esse que está em estudo pela EP)

Transcrição do parecer da EP na referida conferência de serviços

“O Parecer do Plano de Pormenor é favorável, embora a sua área de intervenção interfira com a EN 254, mas prevê-se a melhoria da intersecção, pelo que se aguarda, em fase posterior, o projecto rodoviário correspondente. A denominada “Rua 2” é a antiga EN 254, pelo que é necessário clarificar a sua propriedade junto das EP. “



LIGAÇÃO DA A6 AO IP2 VARIANTE DO NÓ 6 DA AE ATÉ SÃO MANSOS - EM FASE DE PROJECTO/EXECUÇÃO

7.4 – CARACTERIZAR A ESTRUTURA EMPRESARIAL E A ACTIVIDADE AGRÍCOLA E A TURÍSTICA (OFERTA E PROCURA) DE FORMA A ANALISAR A INSERÇÃO DO PROJECTO NA ECONOMIA EXISTENTE ASSIM COMO A SUA COMPLEMENTARIDADE COM PROJECTOS SEMELHANTES EXISTENTES OU EM DESENVOLVIMENTO NA SUA ENVOLVENTE.

O Município do Redondo, do ponto de vista agrícola apresentou nos anos de 1999 a 2003 um decréscimo na produção de Cereais, tanto em termos de área semeada mas sobretudo em termos de produção resultado de condições climáticas desfavoráveis. No que diz respeito à produção de vinho verifica-se para o mesmo período uma estabilidade entre os 6000 milhares hl e os 7.500 milhares hl. A produção de Azeite, após uma grande quebra verificada no ano de 2000, ano em que passou de uma produção superior a 500 milhares de hl para cerca de 250 milhares de hl recuperou para os 350 milhares de hl, valor médio para o período apresentado.

O projecto contempla a criação de uma vinha com cerca de 26 hectares a que acrescem 30 hectares de Oliveira. O Grupo que explorará a unidade hoteleira comercializa presentemente vinhos, cuja produção é proveniente da região do Douro pretendendo com este projecto substituir essa produção por produção local própria.

Do ponto de vista turístico existem no concelho do Redondo: um Hotel de 4 estrelas, “Hotel Convento de São Paulo”, localizado na Aldeia da Serra, dotado de 32 quartos; um resort turístico em fase inicial de desenvolvimento, composto por moradias turísticas e um campo de golf, associados à barragem da Vigia; uma unidade de Agro-Turismo “Água d’Alte”, localizada na Aldeia da Serra, com capacidade para 20 camas; uma unidade de Turismo Rural, “Quinta da Talha”, situada na estrada do Freixo, dotada de 4 quartos e 4 unidade de alojamento complementar; e duas pensões.

Face ao exposto verifica-se que, dentro do sector prioritário do empreendimento (Turístico), no município do Redondo existe uma muito pequena oferta. O Projecto apresentado engloba numa primeira fase uma unidade Hoteleira de 73 quartos.

Resumindo, podemos afirmar que o concelho de Redondo, no que à agricultura diz respeito, é um território caracterizado por uma tendência para a monocultura (vinha), embora conte ainda com algumas manchas importantes de montado (sobro e azinho) e olival, bem como com uma área de regadio ligado ao perímetro de rega da Vigia. Com empresários envelhecidos e com reduzidos níveis de escolaridade, mão-de-obra familiar com baixa qualificação e formação profissional e trabalhadores não familiares prioritariamente eventuais, os recursos humanos do sector não são consentâneos com as actuais exigências do mercado.

Por fim, sendo cerca de 41,6% das OTE’s em 1999 baseada em produções destinadas à agro-indústria (azeite e vinho), foi-nos destacada a fraca participação dos produtores nas cooperativas transformadoras existentes no concelho, conforme dito nas visitas efectuadas, o que não augura nada de bom para o futuro destas produções, que iremos estudar com maior profundidade.

Diagnóstico do Concelho de Redondo

De acordo com o exposto anteriormente, apresentamos os pontos fortes e fracos relativamente à Agricultura e Agro-indústria:

Pontos Fortes:

- Peso importante da actividade Vitivinícola;
- Grande qualidade do azeite produzido, apesar da estagnação da actividade;
- Potencialidade na produção ovina e bovina;
- Potencialidades da apicultura;
- Boa diversidade da actividade agrícola, comparada com os concelhos limítrofes;
- O concelho integra a zona do “Azeite do Alentejo”.

Pontos Fracos:

- Estagnação da actividade em torno da olivicultura, ovicultura e pecuária;
- População agrícola envelhecida;
- Pouca atractividade da actividade agrícola junto dos mais jovens;
- Débil processo de gestão e inovação no sector;
- Inexistência de estímulos ao associativismo da produção agrícola;
- Acentuado individualismo dos agricultores;
- Carácter sazonal do emprego;
- Fraca mecanização da actividade agrícola

- Tendência para a monocultura – vinha: (em oposição à diversidade actualmente existente);
- Falta de incentivos à actividade e à reconversão da agricultura;
- Necessidade de ajustamento da PAC à realidade agrícola do concelho;
- Riscos de agravamento da desertificação ambiental e humana;
- Inexistência de uma estratégia dinâmica e moderna de marketing neste sector de actividade;
- Fraca participação dos produtores nas cooperativas transformadoras existentes.

A concretização do projecto agora proposto vai, na sua generalidade, contribuir para o aumento das actividades inerentes ao Turismo e Golf, de acordo com o apresentado em 7.6

Tendo em consideração o exposto, e como forma de corroborar, em anexo junta-se dossier « Agenda 21 local do Conselho de Redondo » cujo extracto se anexa (ver anexo 5)

7.5 – AVALIAR E CARACTERIZAR OS IMPACTES SOBRE A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO (RUIDO, POEIRAS, AFECÇÃO DAS ACESSIBILIDADES, ETC.) PARA A FASE DE EXPLORAÇÃO DO PROJECTO.

Apresenta-se nova versão do Volume II – Tomo 3, onde esta informação surge contemplada.

7.6 – EXPLICITAR E CORRELACIONAR OS IMPACTES IDENTIFICADOS (CRIAÇÃO DE EMPREGO, ALTERAÇÃO DO TECIDO PRODUTIVO LOCAL, DESENVOLVIMENTO CULTURAL E DIVULGAÇÃO DE PRODUTOS REGIONAIS) COM O PROJECTO EM ANÁLISE.

- ***Efeitos de arrastamento em actividades a montante ou a jusante, principalmente nas pequenas e médias empresas:***

a) Valorização da cadeia de fornecimentos de modo a incorporar efeitos estruturantes, designadamente em actividades de concepção, design e certificação de sistemas de qualidade, higiene e segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social

Para poder oferecer os produtos e serviços que constituem o objecto da sua actividade, Vila Sol já recorre actualmente e irá recorrer de forma crescente à medida que o presente projecto for executado e entrar em exploração, a fornecedores de bens e serviços que exercem a sua actividade a montante da cadeia de valor, muitos deles localizados nos concelhos e regiões de implantação deste projecto.

È o caso dos empreiteiros e subempreiteiros de construção civil, dos fornecedores de bens alimentares para abastecimento da restauração, dos artigos regionais/artesanato para decoração de espaços e para abastecimento de lojas a instalar nos Resorts, de serviços de limpeza, de serviços de transporte de turistas, de segurança e vigilância, de serviços de reparação e jardinagem, etc.

Em muitos destes casos, os fornecimentos serão assegurados por PME's ou mesmo por micro-empresas da região.

Aos efeitos benéficos sobre o rendimento local ou regional directamente resultantes da actividade dos Resorts, haverá a acrescentar os que resultarem das despesas realizadas pelos próprios turistas.

Devem esperar-se significativos efeitos sobre o rendimento local e regional, que por sua vez deverão induzir uma

valorização das estruturas produtivas pois é natural que muitas das actividades/empresas beneficiadas venham a sentir necessidade de investir, tanto para aumentar a sua capacidade de oferta como para melhorar a qualidade dos seus produtos.

b) Estimular abertura a novos canais de distribuição, bem como o processo de internacionalização de fornecedores e clientes

Aos efeitos positivos sobre o rendimento local e regional, mencionados na alínea anterior, acresce também a abertura de novos canais de distribuição às actividades de base local ou regional, conferindo-lhes novas perspectivas para a expansão dos seus negócios e estimulando a melhoria de qualidade dos seus produtos ou serviços e dos respectivos processos.

Encontramos aqui um contributo relevante de Vila Sol para o processo de abertura das economias regionais, abrindo-lhes uma estimulante experiência de contacto com as exigências e preferências de uma nova gama de clientes não residentes.

c) Valorização dos recursos endógenos, designadamente os renováveis, e de resíduos com valorização de situações associadas à redução dos impactos ambientais

A valorização dos recursos endógenos verifica-se, no caso vertente, para além do referido nas alíneas anteriores:

Na recuperação e aproveitamento turístico directo da produção vinícola, no caso particular do Alentejo, Ribatejo e Douro;

Na recuperação e aproveitamento turístico de construções que actualmente se encontram abandonadas e muito degradadas, no caso particular do Alentejo e Tavira;

No aproveitamento de águas residuais para rega do campo de golfe no caso concreto do Alentejo;

Na recuperação ou replantio de olival no caso do Alentejo;

No aproveitamento paisagístico e na preservação ambiental para valorização da componente imobiliária turística dos novos Resorts.

• interacção e cooperação com entidades do sistema científico e tecnológico

a) Envolvimento em acordos de cooperação de carácter relevante com instituições do ensino superior, centros tecnológicos e outras entidades no âmbito do desenvolvimento científico e tecnológico em novos processos, produtos e serviços ou sua melhoria significativa.

Nesta matéria desde sempre que Vila Sol tem mantido uma atitude de completa participação e entreaduda com entidades publicas/sociedade civil, como sejam:

- Está neste momento a ser estabelecido um Protocolo com a Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais da Universidade do Algarve no sentido de Vila Sol vir a proporcionar um estágio aos alunos do Curso de Especialização Tecnológica de Técnico de Espaços Verdes;
- o Também na Universidade do Algarve Vila Sol concede anualmente estágios e projectos de final de curso a alunos dos Cursos de Engenharia do Ambiente e Engenharia Agrónoma;
- Ainda ao nível da Universidade do Algarve Vila Sol tem participado em vários cursos através da disponibilização das suas equipas para acções de formação, bem como disponibilizado as suas instalações para visitas de alunos;
- Está em fase de conversações um possível protocolo entre Vila Sol a CCDR e a Universidade do Algarve em matéria cultural (elaboração de um roteiro patrimonial, ou de vários em cadeia de modo a facilitar o seu aproveitamento turístico);
- Está previsto para o ano 2007 e no âmbito do Golfe desencadear uma série de acções de formação em escolas

públicas da região;

- Também como já referido está em curso a colaboração com a Confraria dos Vinhos do Algarve e com a Associação dos Enólogos.

- **Criação e/ou qualificação de emprego**

a) Criação e qualificação de emprego directo local ou regional

Os novos Resorts de Vila Sol irão criar empregos directos, prevendo-se para o caso concreto do Alentejo, a criação de 79 postos de trabalho

Estas previsões baseiam-se em parâmetros de eficiência e produtividade aceitáveis tendo em consideração a actividade desenvolvida actualmente por Vila Sol no Resort dos Morgadinhos no Algarve.

Estes novos empregos representam uma oportunidade de qualificação profissional para a mão-de-obra existente na região de implantação do novo Resort, em que as oportunidades de trabalho são limitadas, forçando muitas vezes à emigração para o estrangeiro ou para outras zonas do país.

b) Efeitos indirectos na criação e qualificação de emprego

Decorre do exposto a propósito do 2º domínio da avaliação, alíneas a) e b), que os novos resorts de Vila Sol deverão produzir um impacto significativo a montante, sobre um vasto conjunto de actividades/empresas sedeadas nos concelhos ou regiões de implantação e em particular sobre o rendimento respectivo.

Um dos impactos prováveis consistirá na criação de novos empregos, como forma de resposta das empresas, sobretudo PME's ao novo fluxo de procura dos seus bens e serviços.

Não é fácil estimar a dimensão deste efeito indirecto sobre o emprego, mas crê-se que os empregos indirectos imputáveis poderão ser da ordem de algumas dezenas, aos quais acrescerão os 79 empregos directos referidos na alínea anterior.

c) Qualificação do emprego, nomeadamente através de estágios profissionais ou acções de formação

A qualidade dos produtos e serviços que Vila Sol pretende oferecer nos novos Resorts, que não poderá ser inferior à que actualmente proporciona aos seus clientes, tornará necessária a organização de acções de formação para o pessoal a recrutar, podendo incluir a realização de estágios nas unidades do Grupo que já se encontram em funcionamento.

Nos programas de funcionamento dos novos Resorts, que serão elaborados quando os projectos entrarem em fase de execução, serão previstas essas acções de formação, no exterior e nas unidades do Grupo, as quais deverão abranger uma grande parte dos profissionais a contratar.

- **inserção em estratégias de desenvolvimento regional ou contribuição para a dinamização económica de regiões com menor grau de desenvolvimento**

a) Localização em regiões objecto de tratamento prioritário no âmbito de sistemas de incentivo ao investimento

Este factor tem um especial interesse para o Resort do Alentejo e para o que se encontra em estudo para o Douro.

No caso do Alentejo, a localização no concelho do Redondo permitirá a criação de um mini pólo de desenvolvimento, com efeitos que se admite virem a ter impacto significativo no nível do rendimento local, oferecendo deste modo um contributo relevante para o desenvolvimento e a dinamização da economia regional.

A criação adicional de empregos pelos novos Resorts de Vila Sol vem por sua vez dar resposta a um objectivo prioritário da política económica, sobretudo no Alentejo, região em que a taxa de desemprego é das mais elevadas do País.

b) Enquadramento regional com impacte relevante na dinamização das regiões, visando o aproveitamento dos seus recursos e potencialidades

Quanto ao aproveitamento dos recursos e potencialidades locais ou regionais, desenvolveram-se no n.º 2 alíneas a), b) e c) algumas ideias que traduzem esse propósito de aproveitamento e de valorização dos recursos locais.

É importante salientar aqui que se trata mais de um processo de valorização de recursos do que do seu simples aproveitamento, o que em termos económicos deverá representar um processo de criação de valor acrescentado de muito interesse para a economia regional e local.

Também se deve salientar o facto de esta valorização económica dos recursos existentes ser obtida com um escrupuloso respeito das exigências de natureza ambiental que, entre outros aspectos, envolve a preservação e valorização das espécies arbóreas protegidas (sobreiros, azinheiras)

• Balanço Externo

a) Impacte positivo nas relações de troca da economia da região e no grau de exposição aos mercados externos

As considerações desenvolvidas nos números anteriores permitem concluir que os novos projectos, no qual se inclui o Vila Sol no Alentejo, deverão apresentar um impacto positivo para a economia do País também na perspectiva das contas com o exterior.

Se tivermos em conta que a gestão dos novos resorts vai decorrer dentro da mesma filosofia de negócio actualmente aplicada em Morgadinhos no Algarve e o facto de a promoção dos diferentes resorts ser feita de forma integrada — o turista que vai ao Algarve terá tendência a ser cliente de Vila Sol Alentejo, e vice-versa — então é legítimo concluir que a “balança de pagamentos” externa dos novos resorts deverá igualmente apresentar um saldo muito positivo.

E, neste capítulo, o que é verdade em termos nacionais será também necessariamente verdade quando se analisa este balanço numa perspectiva regional.

Com efeito, não é difícil concluir que a activação dos projectos de Vila Sol irá contribuir para que as “relações de troca da economia da região” sejam beneficiadas, mediante a venda de produtos e serviços de elevado valor acrescentado regional.

Se isto é assim quando se analisam os efeitos à luz das condições de exploração dos resorts a partir do momento em que for iniciada a sua actividade, mais ainda será se considerarmos a significativa valorização do património das regiões que resulta dos investimentos que nelas vão ser efectuados.

E julgamos que essa valorização do património local e regional não pode deixar de ser levada em conta quando se analisam os impactes nas relações de troca da região.

Por outro lado, a acrescida exposição aos mercados externos que as regiões contempladas irão experimentar com estes projectos deverá só por si oferecer novas oportunidades de negócio às empresas nelas residentes, na cadeia dos efeitos indirectos que se podem esperar da actividade dos novos resorts.

Importa dizer que os “mercados externos” são, para efeito desta análise, os turistas que nos visitam e que adquirem os bens e serviços que lhes oferecemos. É nesse mercado que competimos, cujas preferências e exigências de qualidade temos de saber interpretar para lhes dar resposta capaz, para que no final a tal balança de pagamentos com o exterior possa apresentar um saldo claramente positivo para o País e para as regiões onde trabalhamos.

Trata-se assim de uma complexa rede de efeitos favoráveis nas economias locais e regionais que justificam amplamente, a nosso juízo, a atribuição do estatuto PIN a este projecto de Vila Sol

7.7 – APRESENTAR AS MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO PARA OS IMPACTES IDENTIFICADOS PARA AS DIFERENTES FASES DO PROJECTO.

Apresenta-se nova versão do Volume II – Tomo 3 em virtude deste ponto e dos anteriores.

B – RESUMO NÃO TÉCNICO

DEVERÁ APRESENTAR UMA CARTA COM ENQUADRAMENTO CARTOGRÁFICO A NÍVEL NACIONAL, REGIONAL E LOCAL A UMA ESCALA QUE PERMITA UMA PERFEITA LEGIBILIDADE, BEM COMO REFLECTIR A INFORMAÇÃO ADICIONAL SOLICITADA EM SEDE DE PEDIDO DE ELEMENTOS.

Apresenta-se RNT reformulado (em formato digital e em papel).

VILA SOL III- EMPREENDIMENTOS URBANÍSTICOS S.A.

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
DA BARRAGEM E CAMPO DE GOLFE DA HERDADE DA PALHETA
(PROCESSO DE AIA N.º 2042)

ANEXO 1



Laboratório da Água Universidade de Évora

DATA:18-03-2009

Enviar para: Quinta da Boavista
Ao cuidado de: Arquitecto Daniel Martins

Tel:
Fax: 217 991 278

De: Laboratório da Água

Tel: 266 768 060

Fax: 266 768 057

Nº Páginas, Incluindo Folha de Rosto: 1

URGENTE RESPONDER P.F. COMENTAR P.F. REVER PARA SUA INFORMAÇÃO

N/REF.º: 03/2009 - 002

ASSUNTO: ENVIO DE RELATÓRIO DE COLHEITA

Exmo Arquitecto Daniel Martins,

Vimos por este meio proceder ao envio do Relatório de colheita da Ribeira da Palheta.

Sem outro assunto de momento,

Com os melhores cumprimentos,

Responsável Técnico/ Sistema
de Garantia da Qualidade

Prof.ª Dr.ª Maria Manuela Morsis
O Responsável pelo Laboratório



LABORATÓRIO DA ÁGUA
UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Laboratório da Água da Universidade de Évora

P.I.T.E - Rua da Barba Rala, N.º 1 - Évora 7005-345 Telef. 266768060 Fax 266768057

Relatório de Colheita:



7001449

Cliente: VILA SOL III

Data do Relatório: 18-03-2009

Morada: EN 396 - Alto do Semino

Cod.Postal: 8125-307 Vila Moura

Telefone: 966 212 467

Nif: 502 573 180

Técnico Responsável: Universidade de Évora

Colheita	Amostra	Área / Tipo de Amostra	Ponto de Amostragem
 7006908	 1136	Área : Herdade da Palheta Água doce superficial	Código : 9636 Descrição : Ribeira da Palheta Contacto : Morada : Localidade :

Dados da Colheita	Valor
Mora	
Observações	

Dados da Colheita	Valor
Temperatura (°C)	

Notas :

Observações:

J. BODRIGUEZ

Pelo Laboratório

O Cliente

Av. D^a Leonor Fernandes, n^o 5 r/c | 7005-144 Évora |
tel.: +351 266 769 650 | fax: +351 266 769 651
www.aguasdocentroalentejo.pt

FAX

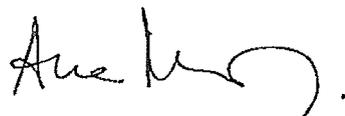
Para	VILA SOL	Fax n ^o	21 799 12 48
To	Exmo. Sr. Eng. Gonçalves Nunes	Data	04-03-2009
A/C		Date	
Att.		N ^o de páginas	1
De	Ana Marcão	Number of pages	
From			
Assunto	Resultados do autocontrolo - ETAR de Redondo	Ref.	S3160900815
Subject			

Exmos. Senhores,

Tal como combinado telefonicamente, junto remetemos os resultados decorrentes do autocontrolo realizado na ETAR de Redondo, correspondente à descarga de águas residuais tratadas no meio receptor:

Parâmetros		pH	SST (mg/l)	CBO5 (mg O2/l)	CQO (mg O2/l)	N Total (mg N/L)	P Total (mg P/L)	ÓLEOS e GORDURAS (mg/l)
Licença de Descarga		6,0 - 9,0	35	25	125	15	3	15
Janeiro	23-01-2008	7,7	11,0	16	36	15	0,4	0,6
Fevereiro	18-02-2008	7,5	2,8	2	8	15	0,5	4
Março	05-03-2008	7,8	2	10	32	7	1,9	0,5
Abril	17-04-2008		2	2	8	5	0,1	
Maió	20-05-2008		2	2	8	4	0,1	
Junho	19-06-2008		2	8	18	5	0,1	
Julho	25-07-2008	7,4	3	3	67	3	2,0	9
Setembro	25-09-2008	7,6	17	8	59	7	2,0	2
Outubro	09-10-2008	7,3	3	11	61	11	2,0	8
Novembro	28-11-2008	7,2	3	3,0	51	15,0	2,0	8,0
Dezembro	12-12-2008	7,8	3	6,0	96	14,0	2,0	2,0

Com os melhores cumprimentos,



Ana Marcão

Directora de Exploração

S3160900815

Gonçalves Nunes

De: Luís Valente [luispvalente@gmail.com]
Enviado: quinta-feira, 5 de Março de 2009 2:09
Para: goncalves.nunes@grupoatlantica.pt
Assunto: Fwd: ETAR de Redondo
Anexos: image002.png

----- Forwarded message -----

From: Joana Saraiva <j.saraiva@adca.com.pt>
Date: 2009/3/4
Subject: ETAR de Redondo
To: luispvalente@gmail.com

Boa tarde,

De acordo com a nossa conversa ao telefone envio-lhe os resultados do controlo analítico externo na ETAR de Redondo:

Controlo Analítico Externo - ETAR de Redondo 2008							
Parâmetros				pH	SST (mg/l)	CBO5 (mg O2/l)	CQO (mg O2/l)
Licença de Descarga				6,0 - 9,0	35	25	125
2008	1º Trimestre	Janeiro	23-01-2008	7,7	11,0	16	36
		Fevereiro	18-02-2008	7,5	2,8	2	8
		Março	05-03-2008	7,8	2	10	32
	2º Trimestre	Abril	17-04-2008		2	2	8
		Maio	20-05-2008		2	2	8
		Junho	19-06-2008		2	8	18
	3º Trimestre	Julho	25-07-2008	7,4	3	3	67
		Agosto	Não houve				
		Setembro	25-09-2008	7,6	17	8	59
	4º Trimestre	Outubro	09-10-2008	7,3	3	11	61
		Novembro	28-11-2008	7,2	3	3,0	51
		Dezembro	12-12-2008	7,8	3	6,0	96

Qualquer informação adicional que necessite não hesite em contactar-me.

Tabela 2 – Síntese estatística dos parâmetros físico-químicos das águas granodioríticas e quartzodioríticas gnáissicas aflorantes na região. As unidades da condutividade eléctrica são em $\mu\text{S}/\text{cm}$; a alcalinidade, dureza total e bicarbonato em mg/L de CaCO_3 ; as restantes em mg/L excepto o pH que é adimensional.

Parâmetros	N	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	1º Quartil	3º Quartil	Desvio Padrão
pH	15	7,3	7,32	6,18	8,32	7,04	7,72	0,56
Cond. Eléctrica	18	1149,6	1058	140	2382	800	1501	558,11
Alcalinidade	8	173,6	180	44	280	77,3	275	105,88
Dureza Total	8	273,3	284	38	552	201	314	145,19
Bicarbonato	8	205,8	214	53,5	329	92,3	325	124,45
CO_2	8	29,1	28,6	12,8	51,6	15,6	39,9	14,509
Cloreto	8	130,6	129	9,43	280	97,3	151	76,439
Sulfato	8	31,4	26,2	4,62	99,3	11,9	35,3	29,923
Nitrato	8	6,3	5,12	2	11,1	3,9	9,61	3,4045
Sílica	8	36,0	32,3	13,7	64,8	24	48,3	17,199
Cálcio	8	26,5	28,5	7,21	56,5	13,2	32,5	15,967
Sódio	8	67,9	68	19,2	97,5	48,4	96,8	29,314
Potássio	8	2,5	1,1	0,6	6,65	0,6	4,63	2,4763
Magnésio	8	50,3	51	4,86	99,9	33,7	64,3	28,424

Estas análises indicaram maioritariamente, segundo os critérios da United States Salinity Laboratory Staff (USSLS), que o uso destas águas para a rega resulta numa perigosidade alta de salinização dos solos e baixo perigo de alcalinização (Classe C3 S1) .

Convém referir que todos os dados de qualidade usados para a análise através efectuada são apenas uma representação média para um total de 8 amostras. Cada local é um caso, e novos dados podem alterar, de alguma maneira, as conclusões, mas comparando os tipos de rochas aflorantes com os dados de outras rochas semelhantes os resultados aproximam-se excepto no que concerne a parâmetros relacionados com alguma fonte de contaminação pontual (fossas, currais etc.) ou difusa (adubações, fitofármacos etc..).

6.4 - Análise hidrogeológica local

6.4.1 – Introdução e situação actual

Hidrogeologicamente, a pesquisa em rochas ígneas e metamórficas pode centrar-se sobre dois tipos de estruturas:



- zonas superficiais alteradas
- zonas fracturadas mais profundas, preenchidas ou não por filões
- zonas onde ocorram contactos litológicos

As primeiras têm interesse reduzido tendo em vista a fraca espessura que apresentam. As zonas fracturadas mais profundas apresentam maiores potencialidades hidrogeológicas, nomeadamente nas áreas de conjugação com as zonas alteradas. As zonas filonianas, até pela heterogeneidade que impõem e ao comportarem-se perante a fracturação como meios de resistência diferenciada, apresentam-se como zonas de infiltração e circulação preferencial. Finalmente as zonas de contacto litológico visto regra geral serem zonas de fraqueza associadas quer a zona de fracturas com componente horizontal, quer a zonas de diferenciação de comportamento estrutural dos materiais rochosos.

A identificação destas estruturas no terreno é extremamente difícil, mas a análise hidrogeológica local permite reduzir a entropia e balizar as probabilidades da avaliação do potencial hidrogeológico de uma formação rochosa.

A Herdade da Palheta denota grande insuficiência em recursos hídricos subterrâneos visto as suas rochas terem, como já foi mencionado anteriormente, fraco potencial aquífero.

Nesta propriedade existem 7 poços de largo diâmetro (2 a 5 m) com profundidades na casa dos 2,5 a 5 m. Não há conhecimento da produtividade efectiva de cada um destes poços.

Relativamente a furos sabe-se que foram executadas três pesquisas. Destas apenas se localizaram duas, uma entubada e outra entulhada.

Quanto a aproveitamentos superficiais existem três barragens pequenas. Não se tratam de charcas dado que intersectam e bloqueiam as respectivas linhas de água de alimentação.

A figura 16 mostra a projecção de todas as estruturas de captação existentes na Herdade da Palheta.



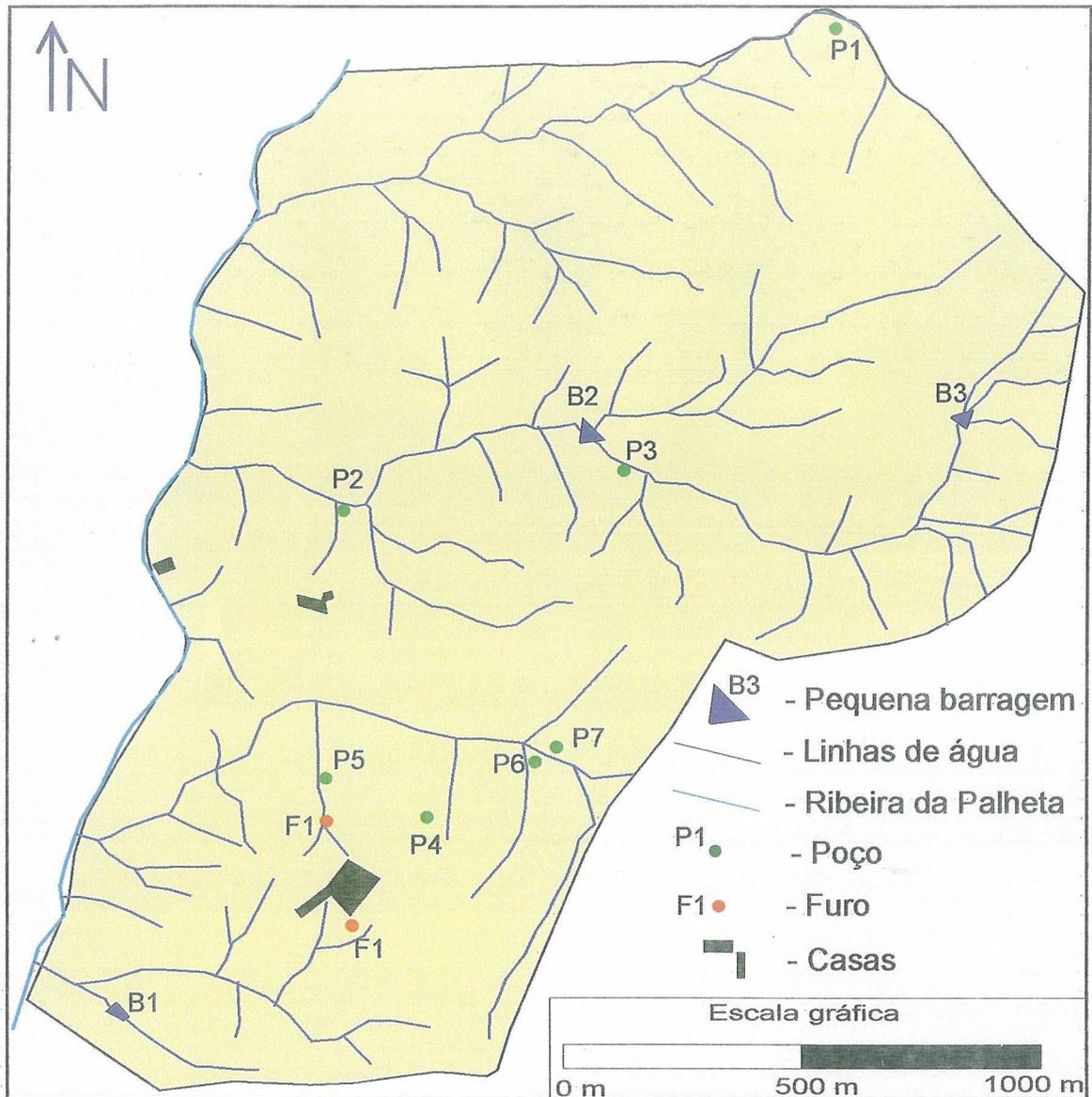


Figura 16 – Projecção das obras de captação existentes na Herdade da Palheta.

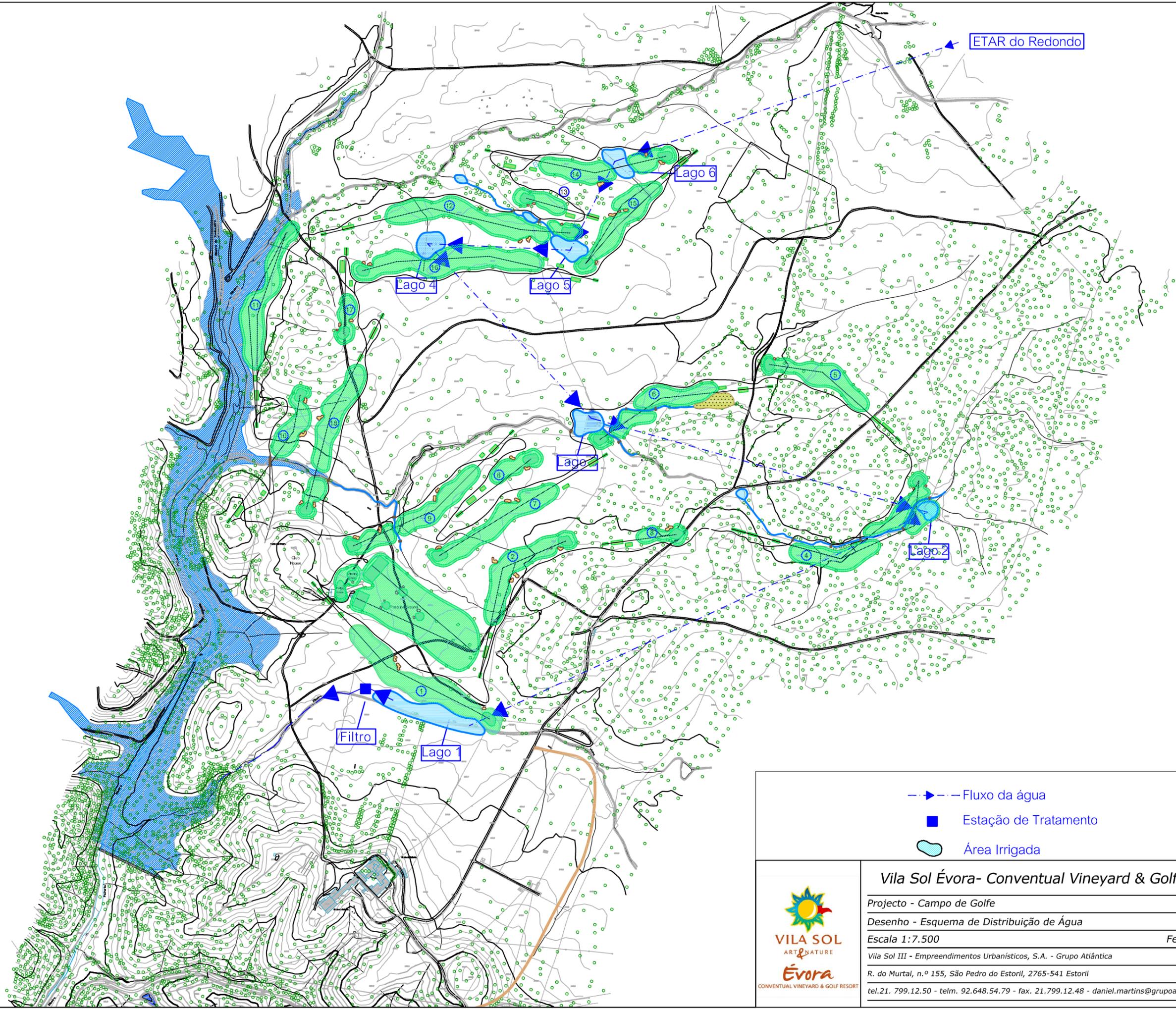
Os poços são a estrutura de captação mais abundante na Herdade da Palheta e as suas características principais são:

- o Poço do Velho - **P1** - (figura 17), localizado no extremo norte da propriedade, apresenta paredes em pedra e já foi utilizado pelo vizinho que tem a vinha a norte da herdade. Aparentemente possibilitou a rega parcial dessa vinha parecendo apresentar boa produtividade e recuperação. Insere-se no seio dos granodioritos nas proximidades da filão pegmatítico.

VILA SOL III- EMPREENDIMENTOS URBANÍSTICOS S.A.

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
DA BARRAGEM E CAMPO DE GOLFE DA HERDADE DA PALHETA
(PROCESSO DE AIA N.º 2042)

ANEXO 2



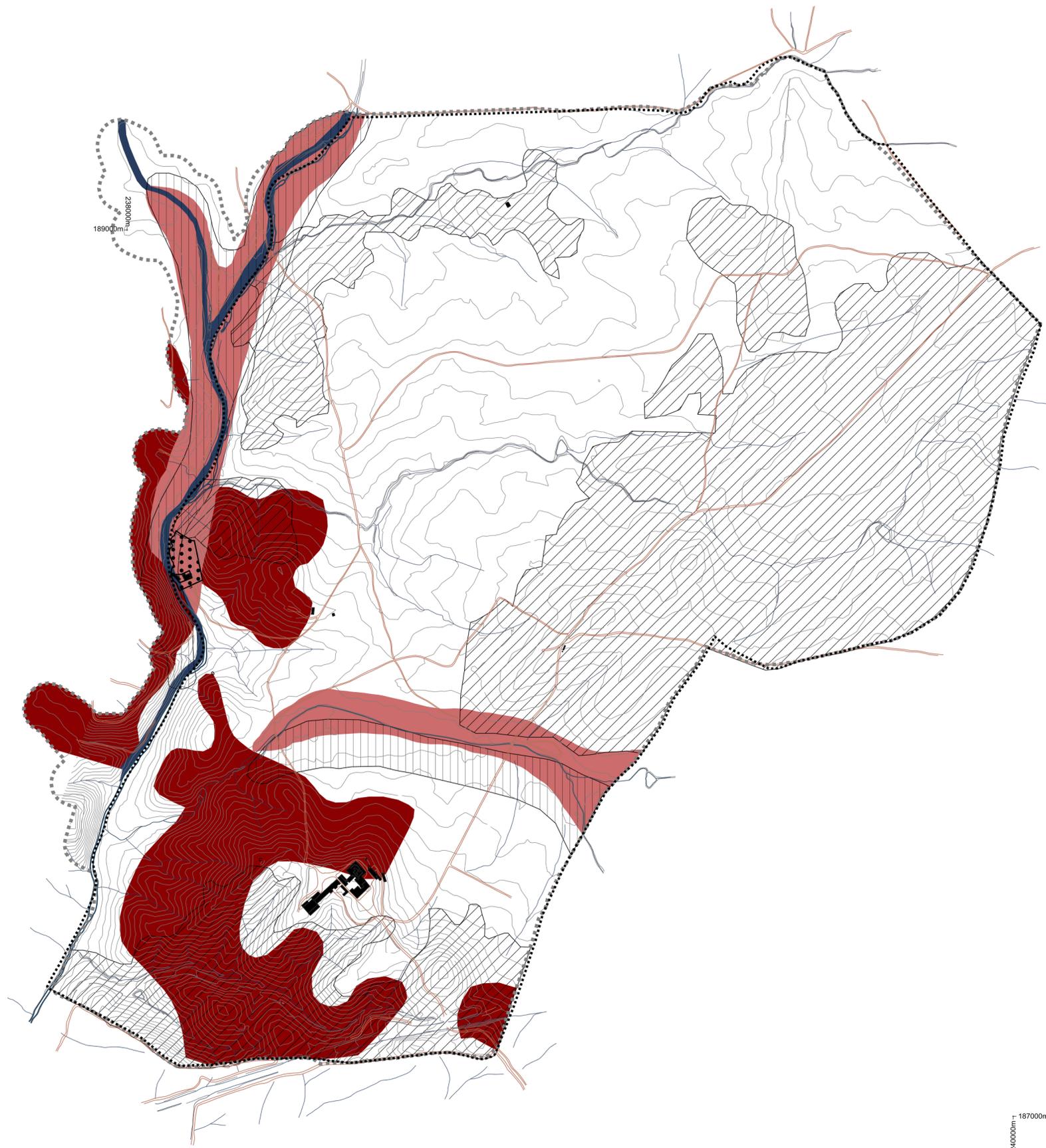
-  Fluxo da água
-  Estação de Tratamento
-  Área Irrigada

 VILA SOL ART & NATURE Évora CONVENTUAL VINEYARD & GOLF RESORT	Vila Sol Évora- Conventual Vineyard & Golf Resort
	Projecto - Campo de Golfe
	Desenho - Esquema de Distribuição de Água
	Escala 1:7.500
	Fevereiro 2009
	Vila Sol III - Empreendimentos Urbanísticos, S.A. - Grupo Atlântica
R. do Murtal, n.º 155, São Pedro do Estoril, 2765-541 Estoril	
tel. 21. 799.12.50 - telm. 92.648.54.79 - fax. 21.799.12.48 - daniel.martins@grupoatlantica.pt	

VILA SOL III- EMPREENDIMENTOS URBANÍSTICOS S.A.

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
DA BARRAGEM E CAMPO DE GOLFE DA HERDADE DA PALHETA
(PROCESSO DE AIA N.º 2042)

ANEXO 3



Projeção de Hayford Gauss
Elipsóide Internacional
Datum Lx

promotor
VILA SOL III - EMPREENDIMENTOS URBANÍSTICOS, S.A.
técnico responsável
ENG.º RODRIGO PAIVA FERREIRA

projecto
ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL DA BARRAGEM
E CAMPO DE GOLFE DA HERDADE DA PALHETA

local
HERDADE DA PALHETA

data
JANEIRO 2009

escala
1:7500

título do desenho
CONDICIONANTES



G.G.T., Lda.

desenho nº

18/18

legenda

Condicionantes

-  Povoamento de Azinho
(delimitação fornecida pela DGRF)
-  REN [Reserva Ecológica Nacional]
Leitos dos Cursos de Água
-  Zonas Ameaçadas pelas Cheias
-  Áreas com Risco de erosão
-  RAN [Reserva Agrícola Nacional]
-  Olival
-  Limite da Área de Estudo
-  Limite da Propriedade
-  Edificado
-  Percursos
-  Rede Hidrográfica
-  Altimetria (2x2m)

Obs.:
Embora não cartografadas, incidem servidões sobre os sobreiros e azinheiras isolados assim como o Domínio Público Hidrico incide também sobre todas as linhas de água.

VILA SOL III- EMPREENDIMENTOS URBANÍSTICOS S.A.

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
DA BARRAGEM E CAMPO DE GOLFE DA HERDADE DA PALHETA
(PROCESSO DE AIA N.º 2042)

ANEXO 4



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

DRAP Alentejo
ENT/3574/2009
16-03-2009

DRAPAL
Direcção Regional
Agricultura e Pesca
Alentejo

Exm. Senhor
Presidente da Comissão Regional da Reserva Agrícola
Quinta da Malagueira
7002 - 553 ÉVORA

Requerente VILASOL III - EMPREENDIMENTOS URBANÍSTICOS, SA

Estado Civil Profissão

N.º de Contribuinte

5	0	2	5	7	3	1	8	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---

Residência sede
EMPREENHIMENTO VILASOL, ALTO DO SEMINO, 8125-307 - VILAMOURA

Tel. 289 300 587

Telem. 96 207 94 99

FAX: 289 310 590

Vem requer a V. Ex.ª, autorização para utilização não agrícola de um solo da Reserva Agrícola Nacional, ao abrigo do n.º 2, do Art.º 9.º, do Dec-Lei n.º 196/89, de 14/6, complementado com o Dec.º n.º 274/92, de 12/12

Nome da propriedade Herdade da Pateta

Sita em REDONDO

Concelho de REDONDO

Freguesia de REDONDO

Registo Matricial sob o n.º 1217

Matriz Cadastral: Artigo 5 Secção 25

Área da propriedade 299,775 m²/ha Área de Implantação 26,627 m²/ha
Área de florestação em solos da RAN m²/ha

Para efeitos de
ao abrigo da Alínea

a	b	c	d	e	f	g	h	i
---	---	---	---	---	---	---	---	---

Justificação Alteração de utilização requerida nos termos do Plano de Ordenamento para execução de Barragem com Albufeira em solos RAN

Pede deferimento

Ass. prefeita

13 de MARÇO de 2009

ANEXO Cheque n.º do Banco



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

DRAP Alentejo
EMI/3573/2009
16-03-2009

DRAP Alentejo
EMI/3573/2009
16-03-2009
Direcção Regional
Agricultura e Pes
Alentejo

Exm. Senhor
Presidente da Comissão Regional da Reserva Agrícola
Quinta da Malagueira
7002, 553 ÉVORA

Requerente: VILASOL III - EMPREENHIMENTOS URBANÍSTICOS - SA

Estado Civil: Profissão:

N.º Contribuinte 510 215 731 800

Residência sede: EMPREENHIMENTOS VILASOL, ALTO DO SEMINHO, 8125-307 VILANOVA

Tel: 289 300 587 Telem: 962079499 FAX: 289 300 590

Vem requer a V.ª Ex.ª autorização para utilização não agrícola de um solo da Reserva Agrícola Nacional, ao abrigo do n.º 2, do Art.º 9.º, do Dec-Lei n.º 196/89, de 14/6, complementado com o Dec-L n.º 274/92, de 12/12

Nome da propriedade Herdade da Palheta

Sita em REDONDO

Concelho de REDONDO

Freguesia de REDONDO

Registo Matricial sob o n.º 1217

Matriz Cadastral: Artigo 5 Secção 25

Área da propriedade 299,775 m²/ha Área de Implantação 14.170 m²/ha

Área de florestação em solos da RAN m²/ha

Para efeitos de
ao abrigo da Alinea a b c d e f g h (i)

Justificação EXECUÇÃO DE CAMPO DE GOLFE

Pede deferimento

Ass. [Assinatura]

13 de MARÇO de 2009

ANEXO: Cheque n.º do Banco

VILA SOL III- EMPREENDIMENTOS URBANÍSTICOS S.A.

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
DA BARRAGEM E CAMPO DE GOLFE DA HERDADE DA PALHETA
(PROCESSO DE AIA N.º 2042)

ANEXO 5

6. Actividade Económica

Conhecido principalmente pelos seus excelentes vinhos, o concelho de Redondo a meio caminho entre a cidade de Évora, património mundial, e os mármore de Vila Viçosa, não se limita a ter, ao nível económico, aquela actividade. É verdade que estamos perante um concelho rural, onde a vinha, mas também o olival, o montado e os ovinos, intimamente ligados às agro-indústrias a montante, representam muito do que é actualmente a sua actividade económica bem como, inevitavelmente, o que será o seu futuro. Porém, nem só dos produtos agrícolas e da sua transformação vive a população de Redondo. Outras actividades, algumas mais antigas tais como a olaria, ou recentes como o turismo, assumem um papel importante quer na melhoria de vida das populações residentes quer, e não menos importante, no reforço da auto-estima local.

Neste campo específico da actividade económica, as diversas vereações da Câmara Municipal de Redondo têm procurado criar as condições, ao nível das infra-estruturas, por exemplo, de molde a facilitar a localização de novas empresas, que possam garantir a criação de um maior número possível de postos de trabalho, visando a fixação dos jovens naturais do concelho, bem como a atracção de populações de outras paragens. Ou seja, a actividade económica é, sem dúvida um fim em si mesmo mas, é também vista pela autarquia como um meio de resolver os problemas demográficos anteriormente já analisados neste trabalho.

Este capítulo começará por fazer um retrato, tão fiel quanto possível, da população activa do concelho de Redondo, fixando-se na realidade do emprego e desemprego. De seguida, analisaremos a actividade económica propriamente dita, por três grandes sectores de actividade: Agricultura e Agro-indústria; Indústria, Comércio, Turismo e Artesanato; Serviços. Esta divisão não é, bem o sabemos, a divisão clássica de sectores (Primário, Secundário e Terciário) normalmente utilizada neste tipo de trabalhos. Acontece que estamos perante um Diagnóstico adaptado às próprias realidades do território em estudo, pelo que não faz sentido para o concelho de Redondo separar a agricultura da Agro-indústria (complementares), nem a indústria (com pouco significado), do comércio (antiquado), do turismo (emergente) e do artesanato. Aliás, foi esta a justificação para a existência de três comissões temáticas da A21L, das quais as duas primeiras têm o mesmo nome dos dois primeiros sectores que iremos analisar.

6.1. População Activa, Emprego e Desemprego

O estudo da população economicamente activa permite-nos verificar da capacidade da população residente em contribuir para o futuro do território onde reside através da faculdade em realizar trabalho. É, também, um indicador de realização pessoal das populações.

Os dados referentes à População Activa do Concelho de Redondo são os seguintes:

Quadro 6.1- População activa no concelho de Redondo, em 2001

	População economicamente Activa	Taxa de Actividade (1991)	Taxa de Actividade (2001)
Alandroal	2.684	40,8	40,8
Borba	3.694	43,7	47,5
Estremoz	6.889	42,8	44,0
Redondo	3.291	40,6	45,2
Reguengos	5.034	42,5	44,2
Vila Viçosa	4.309	45,1	48,6
Alentejo Central	80.752	43,8	46,5

Fonte: INE, Censos 2001

Como podemos verificar pelo Quadro anterior, foi o Redondo a unidade territorial que mais subiu a Taxa de Actividade na década 1991/2001, tendo deixado o último lugar para se situar em terceiro lugar nos concelhos considerados. Interessa verificar qual o comportamento desta Taxa quanto ao género.

Quadro 6.2.- Taxa de actividade, segundo o sexo, 1991-2001

	1991		2001	
	Taxa de Actividade (H)	Taxa de Actividade (M)	Taxa de Actividade (H)	Taxa de Actividade (M)
Alandroal	52,4	29,6	49,1	32,8
Borba	56,7	30,8	54,1	40,9
Estremoz	55,4	31,2	49,8	38,5
Redondo	53,5	28,3	53,4	37,2
Reguengos	54,8	30,9	52,5	36,4
Vila Viçosa	57,7	33,0	55,9	41,5
Alentejo Central	55,0	33,3	53,0	40,4

Fonte: INE, Censos 2001

É claro o movimento generalizado de diminuição da Taxa de Actividade nos homens, na década 1991/2001, e a subida unânime do mesmo indicador nas mulheres, em igual período, resultante do envelhecimento da população e da baixa Taxa de Actividade que, à partida, as mulheres apresentavam. No entanto, o concelho de Redondo é, no espaço de tempo definido, aquele que menos baixa nos homens (apenas uma décima) e o segundo que mais sobe nas mulheres (8,9 pontos). Logo, foi aquele que à subida da actividade das mulheres não corresponde uma descida acentuada do mesmo indicador nos homens, o que revela alguma vitalidade dos recursos humanos do concelho.

Quanto aos sectores de actividade, a situação em 2001 era a seguinte:

Quadro 6.3.- População activa e desempregada, segundo os sectores de actividade em 2001

	População Activa e Empregada (2001)		
	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terceário
Alandroal	23,0	37,7	39,3
Borba	15,0	37,8	47,1
Estremoz	13,6	25,0	61,4
Redondo	22,3	27,1	50,7
Reguengos	17,9	28,1	54,0
Vila Viçosa	7,3	39,9	52,8
Alentejo Central	12,0	27,9	60,1

Fonte: INE, Censos 2001

O concelho de Redondo era o que apresentava maior percentagem de activos no Sector Primário, sendo o segundo menor no Sector Secundário (a seguir a Estremoz) e no terciário (a seguir a Borba). Destes dados podemos retirar que existe uma certa especialização no sector Primário, o que vem ao encontro, aliás, da imagem que o concelho tem para os seus habitantes, conforme pudemos observar nas diversas reuniões da A21L.

Quanto ao desemprego, existem diferenças entre os valores fornecidos pelo INE e os valores anunciados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Seguimos os dados do IEFP, já que estes são mais recentes, embora tenhamos algumas reservas quanto aos valores do desemprego desta entidade, baseada unicamente nos trabalhadores inscritos como desempregados nos centros de emprego. Apenas para comparação, fornecemos os números do INE relativamente a 2001.

Quadro 6.4- Taxa de Desemprego Dezembro 2000 – 2003

	Taxa de Desemprego Dez. 2000	Taxa de Desemprego Dez. 2001	Taxa de Desemprego Dez. 2002	Taxa de Desemprego Dez. 2003	Taxa de Desemprego 2001 (INE)
Borba	6,3	5,8	6,4	6,8	6,5
Estremoz	8,5	6,1	6,7	8,3	8,3
Redondo	8,8	7,3	7,4	8,8	10,4
Reguengos	6,7	6,9	8,9	9,3	6,7
Vila Viçosa	5,5	5,8	6,8	8,1	8,6

Fonte: IEFP, Estatísticas de desemprego, 2004

Como podemos verificar o concelho de Redondo apresenta uma taxa de desemprego elevada, relativamente aos concelhos vizinhos considerados, quer se escolha o INE como fonte, quer se opte pelas estatísticas do IEFP. Em Abril de 2004, a Taxa de Desemprego tinha-se ainda agravado um pouco mais, segundo o IEFP, atingindo os 9,99%.

Relativamente às características do desemprego no concelho de Redondo, comparamos Dezembro de 2001 com Dezembro de 2003:

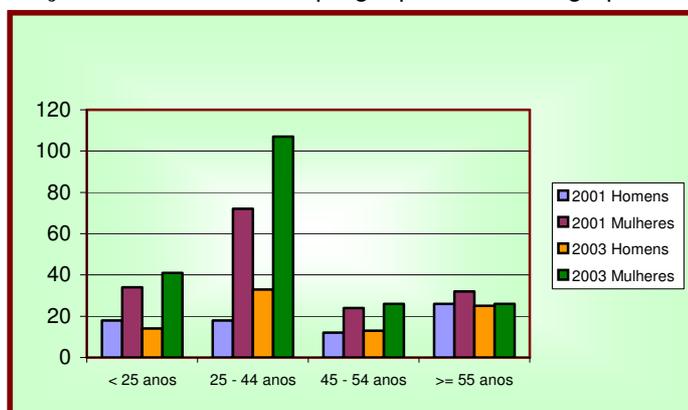
Quadro 6.5 - Características do desemprego no concelho de Redondo

	Dezembro 2001			Dezembro 2003		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Desemprego Registrado	74	162	236	85	200	285
Grupo Etário						
< 25 anos	18	34	52	14	41	55
25 - 44 anos	18	72	90	33	107	140
45 - 54 anos	12	24	36	13	26	39
>= 55 anos	26	32	58	25	26	51
Situação Face ao emprego						
1º emprego	12	13	25	3	17	20
Novo emprego	62	149	211	82	183	265
Tempo de Inscrição						0
< 3 meses	22	59	81	24	68	92
3 - < 6 meses	11	27	38	11	42	53
6 - < 9 meses	4	10	14	15	20	35
9 - < 12 meses	7	8	15	7	18	25
>= 12 meses	30	58	88	28	52	80
Habilitações						0
< 4 anos	17	36	53	15	24	39
>= 4 e < 6 anos	22	42	64	29	62	91
>= 6 e < 9 anos	7	37	44	18	56	74
>= 9 a 12 anos	23	38	61	20	38	58
Médio / Superior	5	9	14	3	20	23

Fonte: IEFP, Estatísticas de Desemprego, 2004

Vale a pena analisar ao pormenor o quadro anterior. Quanto aos grupos etários temos a seguinte divisão percentual:

Gráfico 6.1- Evolução do nível de desemprego, por sexo e os grupos etários, 2001-2003



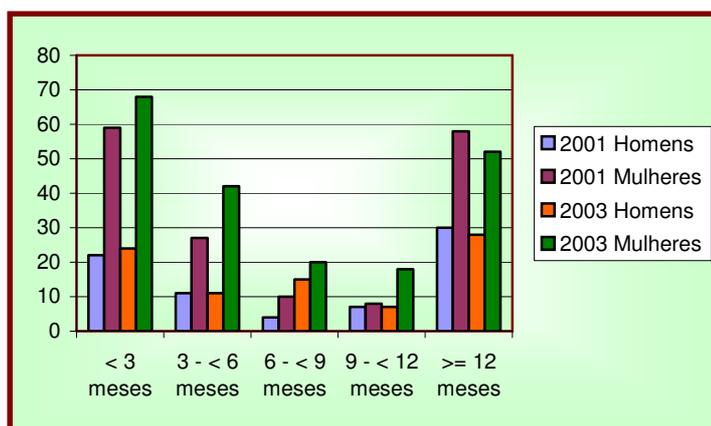
Fonte: Quadro anterior

Como é possível verificar o desemprego atinge mais as mulheres, em quase todos os grupos etários, excepto o dos iguais ou maiores de 55 anos, onde existe um decréscimo de 2001 para 2003. É na população potencialmente mais activa (faixa etária dos 25 aos 44 anos) que o desemprego mais se faz notar, atingindo homens e mulheres e crescendo acentuadamente entre os anos considerados. Onde se assiste a uma certa estabilidade do desemprego é no grupo etário dos 45 aos 54 anos, já que apenas cresceu de 1 desempregado nos homens e 2 nas mulheres.

Podemos, portanto, afirmar que se trata principalmente de um desemprego de indivíduos potencialmente activos, entre os 25 e 44 anos, mais mulheres que homens.

Quanto à situação face ao emprego, os números são claros. Entre Dezembro de 2001 e Dezembro de 2003, os homens à procura de 1º emprego passaram de 16,2% para 3,5% do total de homens desempregados, enquanto as mulheres à procura de 1º emprego eram 8,0% em 2001 e 8,5% em 2003, o que permite pensar numa maior facilidade dos homens em obter a primeira experiência profissional.

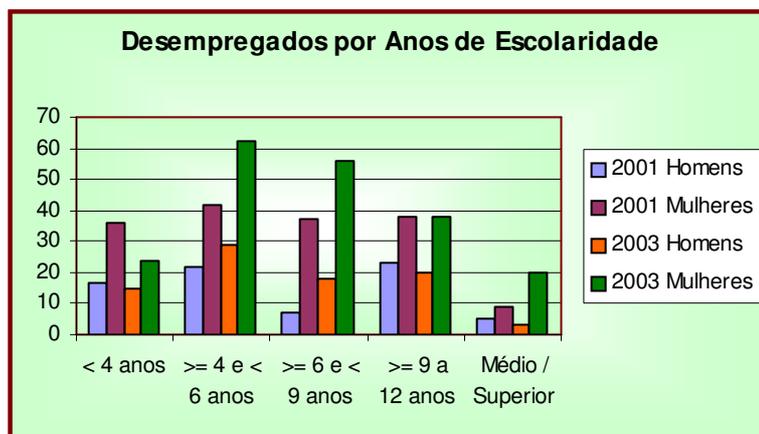
Gráfico 6.2 - Evolução do número de desempregados, por sexo e tempo de inscrição, 2001-2003



Fonte: Quadro anterior

Quanto ao tempo de inscrição, o maior número de desempregados estão nesta situação há menos de 3 meses ou há mais de 12 meses (longa duração). Porém, por género, verificamos que as mulheres estão principalmente há menos de três meses desempregadas (ver o crescimento de 2003 relativamente a 2001), enquanto nos homens predominam os desempregados de longa duração (embora descendo relativamente a 2001).

Gráfico 6.3- Evolução do número de desempregados, por sexo e anos de escolaridade, 2001-2003



Fonte: Quadro anterior

Quanto aos anos de escolaridade, como seria de esperar, o desemprego atinge principalmente os cidadãos com menor preparação escolar, já que em 2003 as pessoas com menos de 9 anos de escolaridade representavam 73% do total de homens desempregados e 71% das mulheres na mesma situação.

Contudo, um sinal preocupante é o que se relaciona com o aumento de mulheres desempregadas com um curso médio ou superior entre 2001 e 2003, tendo em conta a falta de quadros intermédios e superiores no concelho de Redondo. Tal facto faz questionar-nos sobre a política de educação seguida, nomeadamente no que diz respeito à oferta de cursos.

Resumindo, o desemprego é um problema bem presente no concelho de Redondo, pese embora as reservas já feitas aos diversos números oficiais. O desempregado tipo é mulher, com habilitações inferiores ao 9º ano de escolaridade, tem entre 25 e 44 anos e já teve alguma experiência profissional. Torna-se relevante por forma a explicitar o que foi dito anteriormente, apresentar os pontos fortes e fracos referentes a este sub-capítulo:

Pontos Fortes:

- Subida da Taxa de Actividade na última década;
- Especialização no Sector Primário;
- Produção Vegetal em crescimento.

Pontos Fracos:

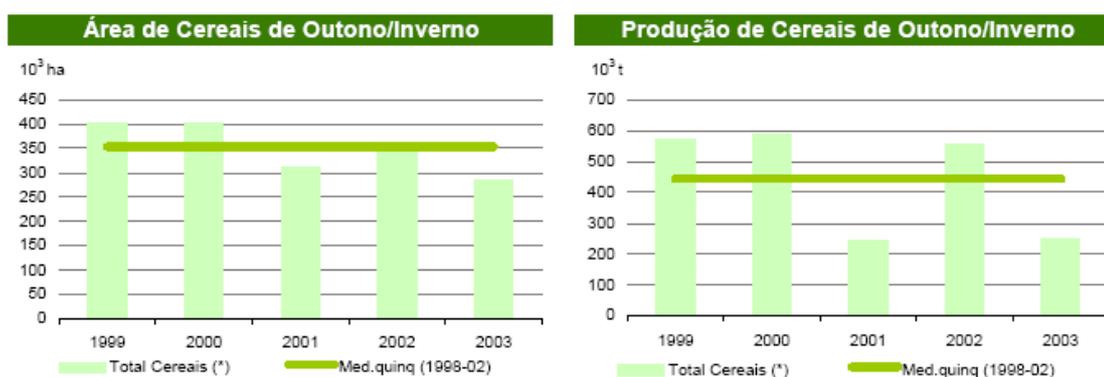
- Taxa de desemprego elevada (sobretudo mulheres);
- Forte relação entre desemprego e baixo nível de escolarização;
- Inadequação das ofertas educativas e de formação profissional face ao mercado de trabalho;
- Pouco acesso à formação profissional;
- Pouco significado das culturas hortícolas.

6.2 Agricultura e Agro-indústria

A Agricultura em 2003 conheceu algumas dificuldades tendo em conta a situação climatérica do Inverno 2002/03 e o intenso calor verificado no Verão de 2003.

Uma das culturas que mais sofreu com as condições climatéricas foi a dos cereais, pelo que não é de admirar a evolução negativa, quer no que respeita às áreas semeadas, quer à produção total de cereais, embora o INE afirme que a excepção é o trigo duro, cuja área aumentou 27%, como resultado de uma política de incentivos a este cereal.

Gráfico 6.4.- Evolução da produção de cereais, 1999-2003



Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas de 2003

Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas de 2003

No que diz respeito à produção de vinho, o ano de 2003 foi melhor que o anterior, em termos nacionais, produzindo 7.093 hectolitros, pese embora os calores registados durante o Verão que afectaram a qualidade de alguma uva, provocando a queima dos cachos.

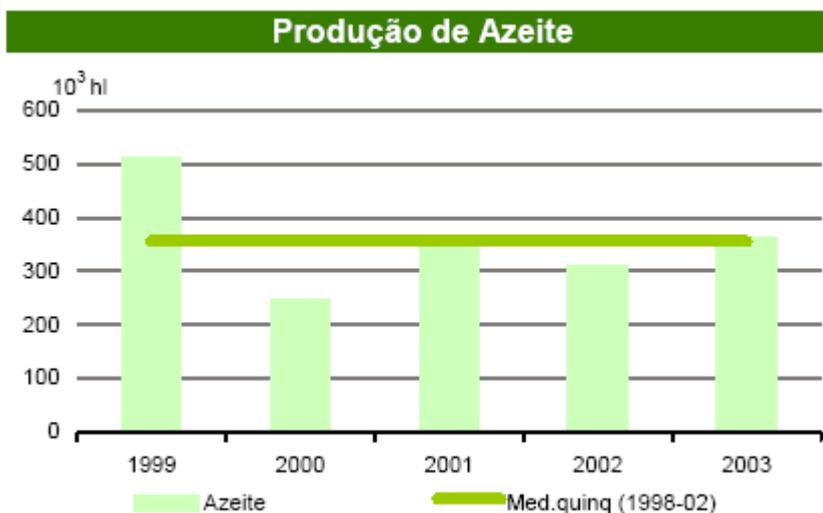
Gráfico 6.5.- Evolução da produção de vinho, 1999-2003



Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas de 2003

Quanto à produção de azeite, o ano de 2003 foi um pouco melhor do que o ano anterior quantitativamente, embora longe dos valores alcançados em 1999. Há, porém, de realçar a qualidade do azeite obtido (baixa acidez) em 2003.

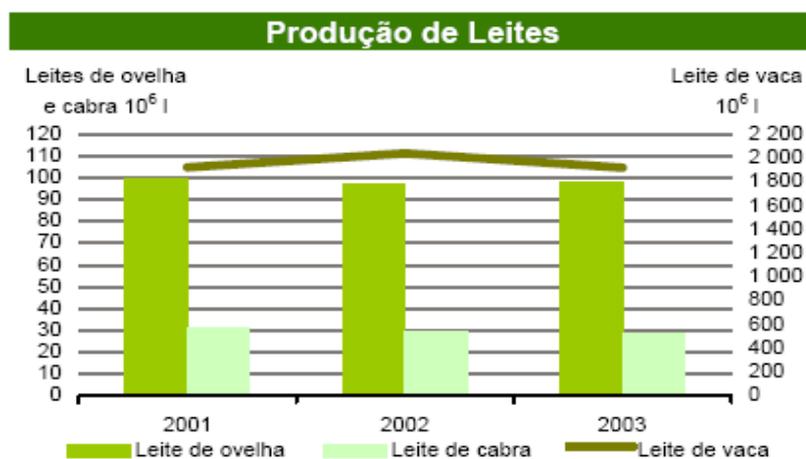
Gráfico 6.6 - Evolução da produção do azeite, 1999-2003



Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas de 2003

Quanto ao leite, registaram-se comportamentos diversos conforme a origem. O leite de vaca, nitidamente influenciado pela ultrapassagem das quotas no ano anterior, viu reduzir-se a respectiva produção em 6%, o leite de ovelha aumentou a produção em 1% e o de cabra baixou em 3%.

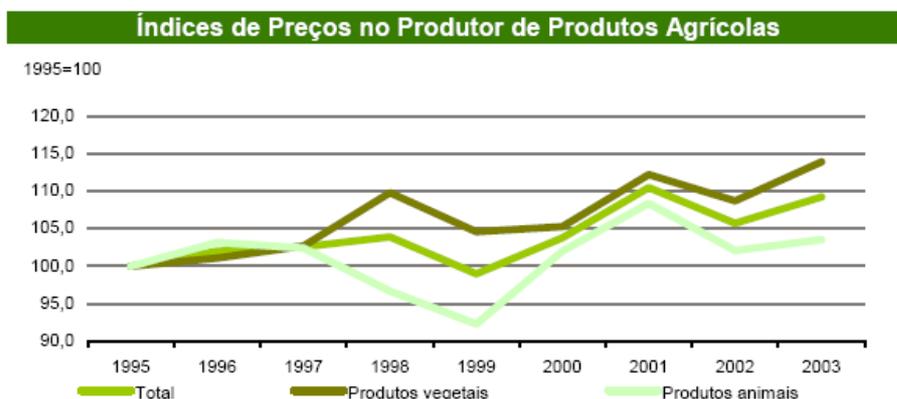
Gráfico 6.7 - Evolução da produção de leite, 2001-2003



Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas de 2003

Relativamente aos preços, o respectivo índice aumentou em 2003, comparativamente a 2002, em 3,3%. A responsabilidade de tal aumento é mais da responsabilidade dos produtos vegetais (acréscimo de 4,8%) do que dos produtos animais (1,4% de aumento). Este dado é importante para a rentabilidade das explorações que, no ano anterior, tinham visto os preços dos produtos agrícolas desvalorizarem-se.

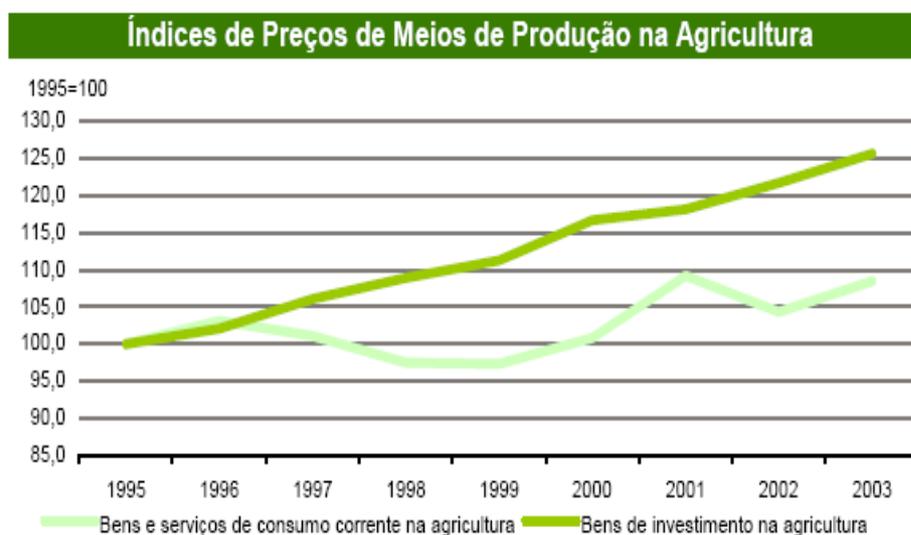
Gráfico 6.8 - Evolução do índice de preços no produtor agrícola, 1995-2003



Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas de 2003

Quanto aos preços dos meios de consumo corrente em 2003, o aumento relativamente ao ano anterior foi de 4%, enquanto que nos bens de investimento o acréscimo, em comparação com o ano anterior, foi de 3,7%.

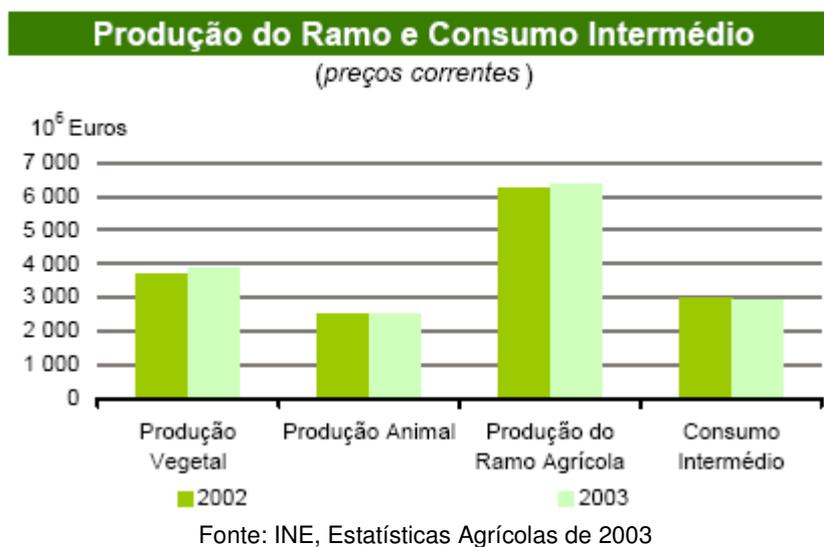
Gráfico 6.9 - Evolução do índice de preços de meios de produção na agricultura, 1995-2003



Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas de 2003

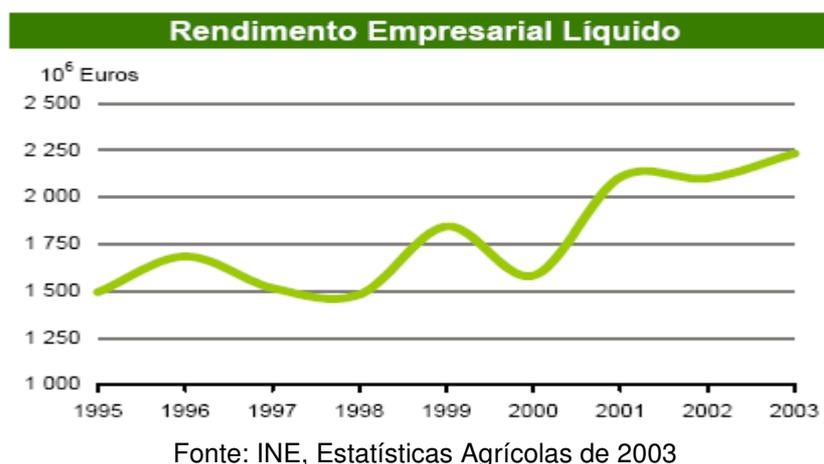
Porém, em 2003 a Produção do Sector Agrícola, a preços correntes, aumentou 1,5%, baseado na subida da Produção Vegetal (4,0%) e na descida da Produção Animal (-2,0%). Por sua vez, os gastos totais em consumos correntes na Agricultura desceram (-2,0%).

Gráfico 6.10- Evolução da produção e do consumo intermédio, 2002-2003



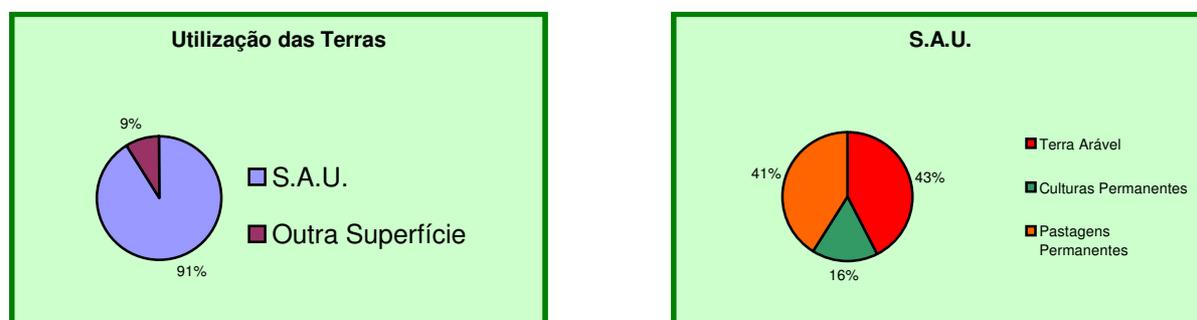
Pelo que não é de admirar a melhoria do Rendimento Empresarial Líquido de 6,3% relativamente ao ano anterior,

Gráfico 6.11 - Evolução do rendimento empresarial líquido, 1995-2003



Ao concelho de Redondo pertencem 626 explorações agrícolas, totalizando uma SAU (Superfície Agrícola Utilizada) de 27.326 ha, caracterizada conforme os gráficos seguintes:

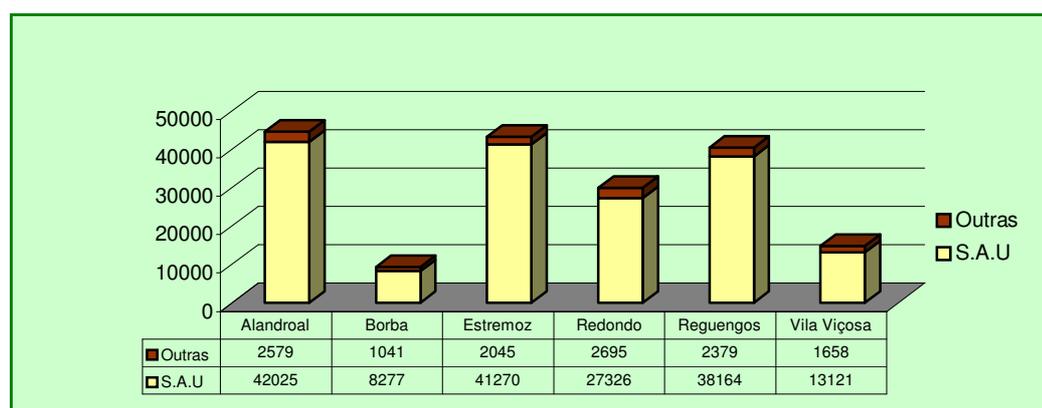
Gráfico 6.12.- Formas de utilização das terras e da superfície agrícola utilizada, 1999



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Em comparação com os concelhos vizinhos o Redondo apresenta as seguintes características relativamente à utilização do solo:

Gráfico 6.13.- Superfície agrícola utilizada, 1999



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura 1999
Unidade: ha

Como se pode verificar pelo gráfico anterior, a Superfície Agrícola Utilizada é percentualmente idêntica nos diversos concelhos, dependendo a sua dimensão da área de cada território.

O concelho de Redondo apresenta três zonas distintas e bem definidas em termos agrícolas. A serra d'Ossa a Norte, caracterizada por um relevo acentuado e montados de sobro e azinho e, ainda, algumas áreas de eucaliptos; a região de Redondo, entre a Serra d'Ossa e a bacia hidrográfica da Vigia, onde abundam a vinha e a oliveira; e, por último, a Região de Montoito, a Sul, caracterizada pelo regadio da Vigia e áreas cerealíferas, onde também se encontram práticas de pastoreio.

O concelho de Redondo possui uma superfície irrigável de 1998 ha, num total de 268 explorações, através de furos, poços e/ou nascentes (183 Explorações), pelo sistema de rega colectivo estatal ligado à barragem da Vigia (95 explorações), por charca ou açude (1 exploração cada), que permitem as seguintes explorações e áreas regadas por principais culturas:

Quadro 6.6 - Principais culturas regadas – 1999

	Explorações (nº)	Área Regada (ha)	Área média por exploração
Trigo Mole	7	79	11,29
Milho Híbrido	41	354	8,63
Beterraba Sacarina	9	129	14,33
Girassol	12	82	6,83
Hortícolas ao ar- livre	24	57	2,38
Pomares sem citrinos	7	29	4,14
Citrinos	51	16	0,31
Vinha	29	332	11,45
Olival	18	58	3,22

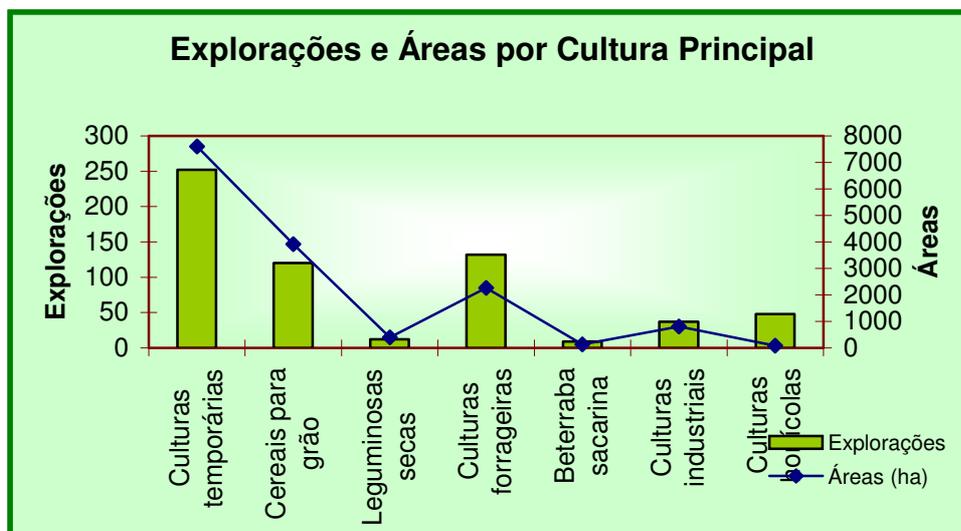
Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Quadro 6.7 - Volume, armazenamento e consumo de água, 1985-1998 (milhões de m³)

Anos	Volumen armazenados		Volumen consumidos		
	No início da rega	No final da rega	Rega	Abastecimento público	Totais
1985	-	-	0,770	0,624	1,394
1986	17,000	13,500	1,057	-	1,057
1987	17,000	12,860	1,750	-	1,750
1988	17,000	12,600	3,289	0,852	4,141
1989	15,000	10,250	3,606	1,041	4,647
1990	17,000	9,770	4,545	1,430	5,975
1991	14,471	6,688	4,783	1,133	5,916
1992	5,988	3,777	0,900	1,119	2,019
1993	3,766	3,230	-	1,010	1,010
1994	9,291	4,998	2,333	1,078	3,411
1995	4,630	2,913	0,696	1,211	1,907
1996	16,725	10,151	4,069	1,074	5,143
1997	17,000	10,500	3,500	1,100	4,600
1998	16,750	9,836	4,754	1,099	5,853

Como é possível detectar nos quadros anteriores, as áreas de regadio estão distribuídas por um grande número de culturas, sendo que o Milho Híbrido, a Vinha e a Beterraba Sacarina, juntas, representavam, em 1999, 41% do total da superfície irrigável. Só a Barragem da Vigia contribuía com cerca de 7 milhões de m³ de água para regadio. Num quadro geral, as principais culturas temporárias são as seguintes:

Gráfico 6.14 - Explorações e áreas por cultura principal, 1999



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Podemos, com base no quadro anterior, ter uma noção de quais são as culturas mais intensivas e as mais extensíveis, relacionando as explorações com as áreas, podemos chegar a determinadas conclusões: a baixa área média das culturas horticolas e a dimensão média das explorações de beterraba.

No que diz respeito às culturas permanentes, o panorama do concelho de Redondo é o seguinte:

Quadro 6.8 - Áreas das principais culturas permanentes, 1999 (ha)

	Alandroal	Borba	Estremoz	Redondo	Reguengos	Vila Viçosa
Frutos Frescos	292	118	50	5	48	22
Citrinos	25	26	17	24	78	46
Frutos subtropicais	0	0	0	0	n.d.	0
Frutos secos	8	n.d.	37	5	14	3
Olival	2742	1278	5121	2614	2667	1218
Vinha	292	1326	1299	1844	2996	71
Viveiros	0	0	n.d.	0	0	0

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Como se pode verificar pelo quadro anterior, em 1999 o Olival era a cultura predominante nos seis concelhos considerados, seguindo-se a vinha. As restantes culturas não tinham grande significado, a não ser os frutos frescos em Alandroal e Borba. De notar, ainda, a reduzida área de vinha em Vila Viçosa. Porém, os números deste quadro referem-se a 1999, ano do Recenseamento Geral. Quando analisarmos o Olival e a Vinha mais detalhadamente, nos sub-capítulos respectivos, veremos que existem outros números, mais recentes, que alteram um pouco esta perspectiva. Contudo, dado que o quadro anterior permite

comparar estas duas culturas com as demais, optámos por mantê-lo nesta análise mais geral.

No que diz respeito ao efectivo animal, o concelho de Redondo, comparado com os concelhos vizinhos, apresentava as seguintes performances:

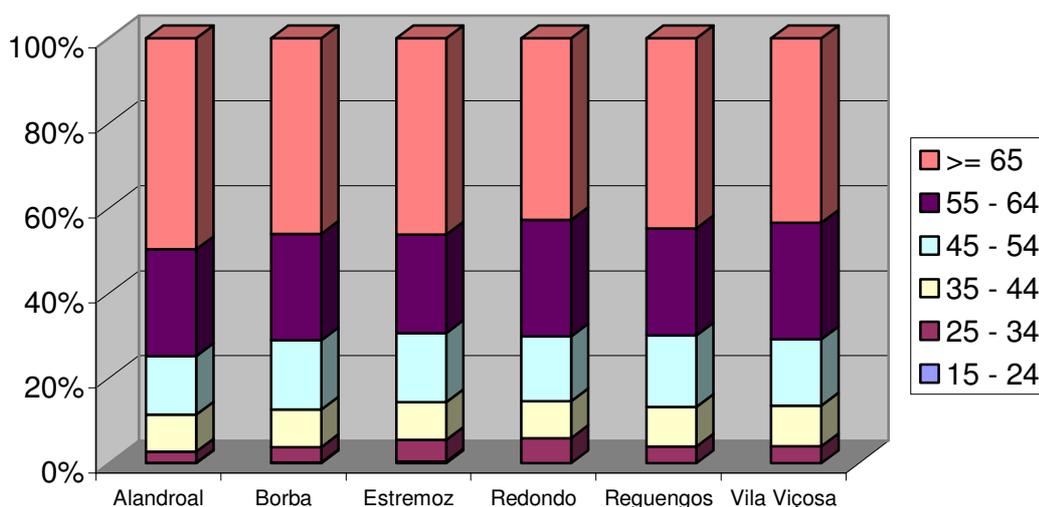
Quadro 6.9.- Efectivo animal 1999

	Alandroal	Borba	Estremoz	Redondo	Reguengos	Vila Viçosa
Bovino	9.103	1.295	7.669	6.038	5.781	4.579
Suíno	6.120	9.564	15.022	5.917	8.946	1.062
Ovino	29.718	17.168	51.442	33.507	25.412	10.315
Caprino	8.354	721	4.562	1.682	3.982	1.349
Equídeo	299	76	231	175	218	117
Coelhas reprodutoras	8	343	153	63	14	20
Galinha poedeiras e reprodutoras	27.580	10.577	4.296	22.913	1.604	1.541
Colmeias	597	n.d.	615	1.009	186	54

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura 1999; n.d. = não determinado para protecção de dados individuais.

Como se pode verificar, o concelho de Redondo está bem representado em ovinos (segundo), galinhas poedeiras e reprodutoras (segundo) e bovinos (terceiro). Está menos bem posicionado nos efectivos de Suínos, caprinos, equídeos. No que diz respeito às colmeias, aproveitando as condições da serra d'Ossa, o concelho de Redondo lidera este conjunto de municípios.

Gráfico 6.15 - Produtor singular segundo as Classes de Idade (1999)



Fonte: Recenseamento Geral de Agricultura, 2001

O concelho do Redondo evidencia as mesmas características quanto ao produtor agrícola que os concelhos vizinhos: - um produtor envelhecido, uma actividade pouco atractiva para as gerações mais novas.

Quadro 6.10.- Produtor singular segundo a OTE (1999) em %

	Viticultura	Olivicultura	Ovinos / Caprinos	Policultura	Culturas diversas e Gado	2º principais OTE
Alandroal	1,0	39,7	15,2	7,4	10,6	54,8
Borba	16,9	29,1	11,0	10,4	9,0	46,0
Estremoz	5,9	22,5	16,3	10,4	6,5	38,8
Redondo	18,5	23,1	15,1	9,3	8,9	41,6
Reguengos	26,4	17,4	4,5	12,2	5,3	43,8
Vila Viçosa	0,7	37,1	15,6	5,3	11,3	52,6

OTE: Orientação Técnico – Económica determinada pelo peso relativo das produções em cada exploração
Fonte: Recenseamento Geral de Agricultura, 2001

O Quadro anterior dá-nos a ideia da importância de cada uma das principais produções da região, sendo que a última coluna pretende ser um indicador de especialização a partir do peso das duas principais produções na produção agropecuária total de cada concelho. Como verificamos, Redondo apresentava em 1999 uma relativa diversidade, a segunda melhor, depois de Estremoz. Porém, conforme indicações obtidas, tanto nas diversas reuniões da A21L como junto da Adega Cooperativa de Redondo, de lá para cá a especialização na vinha foi uma realidade, pelo que é de pensar que os valores actuais estão longe dos determinados pelo Recenseamento Geral da Agricultura de 1999.

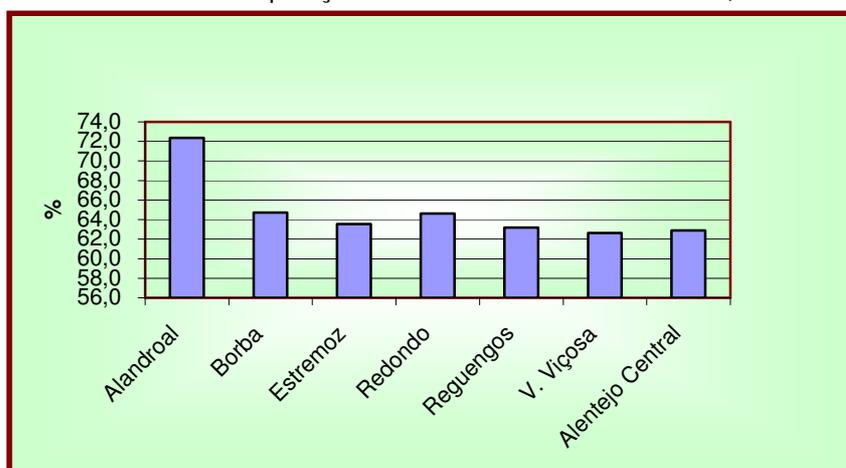
Definido o Produtor individual, interessa agora analisar quem o rodeia, ou seja, que colaboradores, familiares ou não, possui o Produtor de Redondo.

Quadro 6.11.- População familiar , segundo o nível de instrução 1999

	Alandroal	Borba	Estremoz	Redondo	Reguengos	V. Viçosa
Não sabe ler nem escrever	20,9	20,8	19,5	18,4	13,3	16,8
Sabe ler e escrever	14,0	10,7	12,2	12,1	17,5	15,0
Básico - 1º Ciclo	37,4	33,2	31,8	34,1	32,4	30,8
Básico - 2º Ciclo	9,2	9,4	10,3	10,7	9,6	9,2
Básico - 3º Ciclo	9,1	10,4	10,1	8,5	10,3	10,6
Secundário Agrícola	0,3	0,7	1,0	0,6	0,5	0,5
Secundário não Agrícola	4,7	9,4	8,5	8,3	9,6	8,9
Politécnico/Superior Agrícola	0,7	0,7	1,3	1,5	0,9	1,1
Politécnico/Superior não Agrícola	3,6	4,7	5,2	5,7	5,9	7,1

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Gráfico 6.16 - População familiar com 1º ciclo ou menos, 1999



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Como se pode aferir do Quadro e Gráfico anteriores, a população de produtores ou familiar de produtores ligada às explorações agrícolas e pecuárias, tanto em Redondo como nos concelhos vizinhos, apresenta um baixo nível de instrução, sendo que no Redondo a população referida com o 1º ciclo do ensino básico ou menos é de 64,6%. Tais factos resultam numa clara demonstração das limitações à gestão e inovação. Chama-se a atenção para a baixa percentagem de possuidores de níveis secundário, politécnico ou superior nas áreas agrícolas, em Redondo 2,1% (0,6 + 1,5).

Mas, se o nível de instrução é baixo, as acções de Formação Profissional não têm conseguido colmatar as consequentes necessidades desta população, conforme se atesta através do Quadro que se apresenta de seguida:

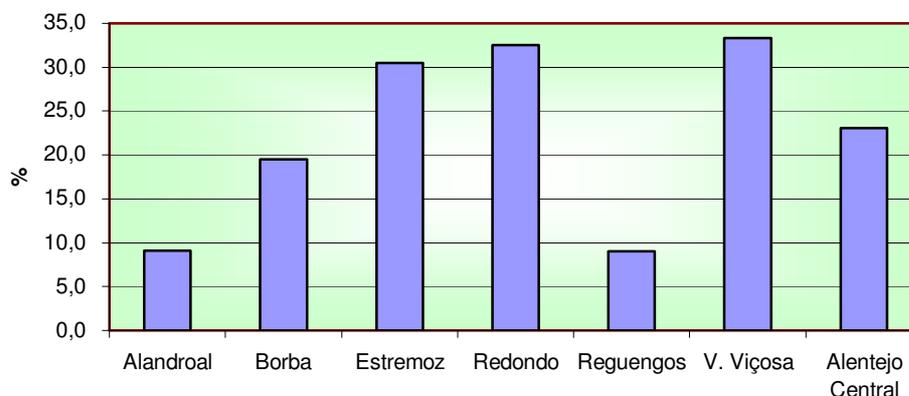
Quadro 6.12. - Formação profissional agrícola dada à população familiar até 1999

	Alandroal	Borba	Estremoz	Redondo	Reguengos	V. Viçosa
Exclusivamente prática	1.765	1.006	1.802	1.123	2.140	516
Curta duração	20	34	26	34	74	1
Longa duração	23	4	42	42	29	4
Longa e curta duração	17	21	27	8	30	5
Completa	21	19	67	40	36	13
Sem Formação	184	262	861	601	228	269

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Como se verifica, a Formação Profissional foi essencialmente prática, atendendo apenas a aspectos demonstrativos, importantes mas insuficientes numa economia aberta, altamente competitiva. De qualquer forma, ainda havia em 1999 uma grande percentagem de População Activa Familiar no sector agrícola sem acesso a qualquer Formação Profissional.

Gráfico 6.17.- População familiar agrícola sem formação, 1999



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura 1999

O concelho de Redondo é, juntamente com o de Vila Viçosa, aquele que apresenta maior número de activos familiares sem formação profissional de qualquer espécie, o que equivale a afirmar que neste aspecto ainda há muito a fazer no concelho.

Analisada que está a população familiar dos produtores de Redondo, comparando-os com os produtores dos concelhos vizinhos e, em alguns casos, com os do Alentejo Central, interessa agora verificar que tipo de mão-de-obra não familiar pode encontrar-se nas explorações agrícolas e pecuárias. Ficaremos, desta forma, com um quadro aproximado da realidade das explorações agrícolas e do relacionamento entre empresários e trabalhadores rurais, de importância relevante para a compreensão dos fenómenos sociais que influenciam a vida de uma parte ainda significativa da comunidade Redondense.

Quadro 6.13.- Mão-de-obra agrícola não familiar (UTA) 1999

		Permanentes		Trabalhadores eventuais	Trabalhadores eventuais externos	Total
		Dirigentes	Outros Trabalhadores			
Alandroal	UTA	19	244	226	8	497
	%	3,8	49,1	45,5	1,6	100,0
Borba	UTA	17	189	236	6	448
	%	3,8	42,2	52,7	1,3	100,0
Estremoz	UTA	23	332	296	10	661
	%	3,5	50,2	44,8	1,5	100,0
Redondo	UTA	16	226	644	7	893
	%	1,8	25,3	72,1	0,8	100,0
Reguengos	UTA	25	400	410	29	864
	%	2,9	46,3	47,5	3,4	100,0
Vila Viçosa	UTA	12	77	56	3	148
	%	8,1	52,0	37,8	2,0	100,0
Alentejo Central	UTA	322	4259	2781	133	7495
	%	4,3	56,8	37,1	1,8	100,0

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Quanto à Mão-de-Obra não familiar, constatamos que o concelho de Redondo apresenta o maior número de UTA's, em termos absolutos, que permite concluir por um tipo de exploração menos "familiar" no que o conceito é utilizado para definir uma exploração dirigida e trabalhada por vários membros de uma mesma família. Porém, é o concelho, dos escolhidos para comparação, que tem menor percentagem de pessoal dirigente contratado e de Outros Trabalhadores Permanentes, utilizando preferencialmente pessoal agrícola eventual, a que não será estranho a especialização na vinha e no olival que, sazonalmente, na vindima e na apanha, exige grandes quantidades de trabalho eventual, principalmente nas explorações tradicionais menos mecanizadas.

Resumindo, podemos afirmar que o concelho de Redondo, no que à agricultura diz respeito, é um território caracterizado por uma tendência para a monocultura (vinha), embora conte ainda com algumas manchas importantes de montado (sobro e azinho) e olival, bem como com uma área de regadio ligado ao perímetro de rega da Vigia. Com empresários envelhecidos e com reduzidos níveis de escolaridade, mão-de-obra familiar com baixa qualificação e formação profissional e trabalhadores não familiares prioritariamente eventuais, os recursos humanos do sector não são consentâneos com as actuais exigências do mercado. Por fim, sendo cerca de 41,6% das OTE's em 1999 baseada em produções destinadas à agro-indústria (azeite e vinho), foi-nos destacada a fraca participação dos produtores nas cooperativas transformadoras existentes no concelho, conforme dito nas visitas efectuadas, o que não augura nada de bom para o futuro destas produções, que iremos estudar de seguida com maior profundidade.

De acordo com o exposto anteriormente, apresentamos os pontos fortes e fracos relativamente à Agricultura e Agro-indústria:

Pontos Fortes:

- Peso importante da actividade Vitivinícola;
- Grande qualidade do azeite produzido, apesar da estagnação da actividade;
- Potencialidade na produção ovina e bovina;
- Potencialidades da apicultura;
- Boa diversidade da actividade agrícola, comparada com os concelhos limítrofes;
- O concelho integra a zona do “Azeite do Alentejo”.

Pontos Fracos:

- Estagnação da actividade em torno da olivicultura, ovicultura e pecuária;
- População agrícola envelhecida;
- Pouca atractividade da actividade agrícola junto dos mais jovens;
- Débil processo de gestão e inovação no sector;
- Inexistência de estímulos ao associativismo da produção agrícola;
- Acentuado individualismo dos agricultores;
- Carácter sazonal do emprego;
- Fraca mecanização da actividade agrícola
- Tendência para a monocultura – vinha: (em oposição à diversidade actualmente existente);
- Falta de incentivos à actividade e à reconversão da agricultura;
- Necessidade de ajustamento da PAC à realidade agrícola do concelho;
- Riscos de agravamento da desertificação ambiental e humana;
- Inexistência de uma estratégia dinâmica e moderna de marketing neste sector de actividade;
- Fraca participação dos produtores nas cooperativas transformadoras existentes.

6.3. Olivicultura e Azeite

O azeite é um produto de há muito conhecido pelas populações mediterrânicas como essencial para a saúde e o regime alimentar, sendo hoje largamente apreciado na Europa e no mundo pelas suas propriedades nutritivas e organolépticas e pelos impactes positivos ao nível da saúde. A União Europeia é o primeiro produtor mundial, com 80 % da produção e 70 % do consumo de azeite. Felizmente, dada a sua importância para a economia de muitas regiões, a procura tem vindo a aumentar regularmente na União Europeia e nos países terceiros, graças às campanhas informativas e promocionais. O principal objectivo deverá ser o de manter e reforçar a posição no mercado mundial, mediante uma produção de alta qualidade, em benefício dos olivicultores, dos transformadores, do sector comercial e dos consumidores. Em 1998/99, a superfície de olivais na União Europeia era de aproximadamente 5,4 milhões de hectares (ou seja, cerca de 4 % da superfície agrícola útil), dos quais 44,5 % se situavam em Espanha, 26,3 % em Itália, 18,8 % na Grécia, 9,7 % em Portugal e 0,7 % em França.

Em Portugal, a região do **Azeite do Alentejo** é uma das que apresenta um maior número de hectares de olival, sendo que a área geográfica de produção (localização dos olivais, extracção do azeite e acondicionamento) do **Norte Alentejano**, está circunscrita aos concelhos de Alter do Chão, Arronches, Avis, Borba, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Estremoz, Elvas, Fronteira, Marvão, Monforte, Redondo, Portalegre, Sousel, Vila Viçosa, Alandroal, Nisa e Reguengos de Monsaraz e às freguesias de Nossa Senhora de Machede, São Mansos, São Vincente do Pigeiro, São Miguel de Machede e São Bento do Mato do concelho de Évora e às freguesias da Luz e Mourão do concelho de Mourão.

A área geográfica de produção do **Alentejo Interior** encontra-se naturalmente circunscrita à totalidade dos concelhos de Portel, Vidigueira, Cuba, Alvito, Viana do Alentejo, Ferreira do Alentejo e Beja e, ainda, às freguesias de Aljustrel, S. João de Negrilhos e Ervidel do concelho de Aljustrel, Entradas do concelho de Castro Verde, Alcaria Ruiva do concelho de Mértola e Torrão do concelho de Alcácer do Sal.

O conjunto destes concelhos e freguesias é normalmente conhecido por Alentejo Interior. A área geográfica de produção do Azeite de **Moura** abrange as freguesias de Amareleja, Póvoa de S. Miguel, S. João Baptista, S. Agostinho, S. Amador, Safara, S. Aleixo da Restauração e Sobral da Adiça, do concelho de Moura; as freguesias de Pias, Vale de Vargo, Vila Verde de Ficalho, Brinches, S. Maria, Salvador e Vila Nova de S. Bento, do concelho de Serpa e a freguesia da Granja, do concelho de Mourão.

Quadro 6.14.- Dimensão média das explorações

	Olival
Alandroal	3.74
Borba	3.20
Estremoz	6.88
Redondo	5.39
Reguengos	3.74
Alentejo Central	5.69

Quadro 6.15.- Campanhas de azeite do alentejo, 1997-2001

Campanhas Az. Alentejo	Azeitona (t)	Azeite Alentejo (1000Lt)	Rentabilidade (%)
1997/98	88.984,05	11.561,23	12,99
1998/99	73.463,42	11.694,46	15,92
1999/00	64.754,91	11.064,00	17,09
2000/01	55.461,85	7.916,28	14,27

Fonte: ACACSA (2004)

O concelho de Redondo está inserido, como vimos anteriormente, na área geográfica do Norte Alentejano, onde tem sido de suma importância a actividade da Cooperativa de Olivicultores de Redondo que abarca 380 associados activos, representando 4.324 hectares e 258.000 árvores, conforme as Declarações de Cultura do Parcelário Olivícola.

Quadro 6.16.- Campanhas de azeite da cooperativa de olivicultores de Redondo, 1997-2004

Campanhas Az. Alentejo	Azeitona (t)	Azeite Alentejo (1000Lt)	Rentabilidade (%)
1997/98	1.684,31	206,63	12,27
1998/99	479,62	84,35	17,59
1999/00	507,27	81,04	15,98
2000/01	907,02	109,48	12,07
2001/02	526,97	85,90	16,30
2002/03	791,93	94,75	11,96
2003/04	483,79	53,26	11,01

Fonte: Cooperativa de Olivicultores de Redondo (2004)

Como se pode verificar no quadro anterior, a produção de azeite tem vindo a decrescer nos últimos anos, fruto de um conjunto de factores, dos quais destacamos aqueles que mais foram enunciados nas entrevistas e reuniões levadas a cabo no âmbito da Agenda 21 Local de Redondo:

1. Abandono do Olival, trocando-o por vezes pela vinha, que actualmente apresenta melhores resultados de exploração;
2. Produção incerta devido à influência do tempo e aos problemas fitossanitários, nomeadamente com a mosca e gafa.
3. Dificuldades financeiras da Cooperativa de Olivicultores de Redondo, demorando a efectuar os pagamentos aos produtores associados, ou não os fazendo mesmo, como foi o caso da campanha de 2003/04;
4. Falta de investimento no olival por parte de um grande número de produtores, desmotivados pela actual situação da actividade;
5. Tendo em conta o ponto anterior, continua a ter-se um olival tradicional com enormes custos de manutenção, nomeadamente na apanha manual.

Acresce que a recente reforma da PAC, com 60% das ajudas dirigidas ao rendimento e não à produção, poderá levar muitos produtores a abandonar a olivicultura, com enormes prejuízos para o concelho, região e País.

A curto prazo e no caso de Redondo, podemos afirmar que o maior problema neste sector é a situação económica e financeira da Cooperativa, em cuja resolução a actual Direcção se está verdadeiramente a empenhar, embora a dimensão dos problemas ultrapassem em muito a capacidade endógena da própria Cooperativa.

Se a solução da Cooperativa for de continuidade (manutenção da actividade pela Cooperativa ou por outra entidade que a substitua) interessa posteriormente apostar na sensibilização dos produtores, de forma a modernizarem as suas explorações e melhorando, desta forma, o rendimento das explorações, que actualmente está entre os 259€/ano e os 538€/ano por hectare de olival²⁸.

É fundamental, conforme nos foi dito pelos diversos informantes-chave, salvaguardar o olival no concelho de Redondo, tanto pelo que representa ao nível da tradição, dos usos e costumes desta parte do Alentejo, como pelos benefícios que traz na luta contra a desertificação e na estabilidade económica de um grande número de famílias que ainda estão ligadas, embora só parcialmente, à olivicultura e à produção de azeite.

“Olival, que futuro? - Tendo em conta que nos encontramos numa fase de profundas alterações no âmbito da Reforma da COM do azeite e que introduz um regime de ajuda desligada da produção, esta é, com certeza, a pergunta que muitos olivicultores fazem hoje. A resposta é difícil!!!... Respondemos com outra pergunta: - Será que há alternativa ao olival?”²⁹

²⁸ Conforme estudo de PINTO, Lucinda, “O Olival e Portugal”, Voz da Terra, CNA, Abril, 2004, pg. 12.

²⁹ Idem, pg. 16

6.4. Vinha e Vinho

A vinha é também uma cultura tradicional das regiões mediterrânicas cuja expansão para outras regiões do Globo, nomeadamente para a Austrália, África do Sul e América do Sul, tem sido uma realidade nas últimas décadas.

Em Portugal a cultura da vinha tem vivido muito ao sabor das modas que o mercado vai impondo, por falta de uma estratégia dinâmica e moderna de marketing neste sector de actividade.

Quadro 6.17.- Superfície de vinha por regiões

Região	Inventário das Superfícies Vitícolas (ha)		
	VQPRD	Vinho de Mesa	TOTAL
Minho	32.317	1.701	34.018
Trás-os-Montes	40.032	29.029	69.061
Beiras	39.214	18.191	57.405
Ribatejo	771	20.401	21.172
Estremadura	1.244	26.002	27.246
Terras do Sado	2.673	6.636	9.309
Alentejo	8.824	11.936	20.760
Algarve	1.612	536	2.148
TOTAL	126.687	114.432	241.119

Nota: O Vinho de Mesa inclui o Vinho desta qualidade com direito a indicação geográfica

Fonte: Ficheiro Vitivinícola - 2002-09-01

O Alentejo era, em Setembro de 2002, a sexta região do País em área, com um total de 20.760 ha. de vinha. As castas que nesta região dominam os encepamentos eram àquela data:

Gráfico 6.18.- Castas da região Alentejo



Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho, Ficheiro Vitivinícola, 2002.

Fruto de um trabalho continuado de enólogos como Saramago e João Portugal Ramos, entre outros, o vinho alentejano tem-se afirmado no mercado nacional, ultrapassando as próprias fronteiras geográficas onde é produzido. Este aumento da procura originou, por seu lado, um aumento da oferta, pelo que não é de admirar o grande incremento na produção de vinho da região Alentejo.

Quadro 6.18.- Produção de vinho nacional

Regiões Vitivinícolas	Campanha (1000 hl)									
	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/2000	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04(*)
Minho	1.375	1.228	1.703	508	608	1.237	881	1.446	836	831
Trás-os-Montes	1.209	1.705	2.350	1.332	1.011	1.960	1.715	2.210	1.636	1.934
Beiras	1.068	856	1.567	773	381	1.338	1.202	1.390	1.102	1.175
Ribatejo	810	948	1.058	1.019	536	854	744	592	834	896
Estremadura	1.379	1.781	1.894	1.590	698	1.514	1.306	1.162	1.235	1.122
Terras do Sado	286	373	424	352	200	348	329	262	348	419
Alentejo	333	305	626	463	241	497	434	646	594	817
Algarve	24	19	14	27	17	23	14	15	20	31
Madeira	36	38	55	52	44	59	62	49	51	49
Açores	1	2	21	9	14	16	22	15	21	10
Total	6.521	7.255	9.712	6.124	3.750	7.844	6.710	7.789	6.677	7.283

Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho, 2004

Como é evidente no quadro anterior, o vinho do Alentejo tem assumido importância cada vez maior na produção do País, mais que duplicando a sua quota no mercado nacional entre 1994/95 e 2003/04.

Gráfico 6.19. Evolução do vinho alentejano na produção nacional, 1994-2004



Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho, 2004

Porém, actualmente estamos confrontados com uma crise generalizada no consumo de vinho, fruto da competição de outras bebidas (cerveja, por exemplo) e de uma certa marginalização da imagem do vinho e do seu consumo, a que não será estranha a campanha rodoviária “se conduzir não beba”. A referida crise tem provocado uma certa distanciação entre a produção e o consumo, com a primeira a aumentar e o segundo a estabilizar, senão a descer, nomeadamente nos vinhos de qualidade, pelo que é de esperar que, tanto a nível nacional como a nível do Alentejo, os próximos anos tragam constrangimentos vários à expansão da vinha.

O quadro seguinte é claro quanto ao afastamento actualmente existente entre produção e consumo:

Quadro 6.19.- Produção e consumo de vinho em Portugal, 1993-2003

CAMPANHA	PRODUÇÃO	CONSUMO
	1000 hl	
1996/1997	9.712	5.443
1997/1998	6.124	5.055
1998/1999	3.750	5.048
1999/2000	7.844	4.595
2000/2001	6.710	4.697
2001/2002	7.790	4.401
2002/2003(*)	6.677	5.711

(*) Valores Provisórios

Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho, 2004

Como resultado deste “voltar de costas”, os excedentes (os grandes inimigos dos produtores) têm vindo a aumentar, castigando mais os produtores que o comércio.

Gráfico 6.20 - Produção e comércio de vinho no final das campanhas, 1997-2003



(*) Valores Provisórios

Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho, 2004

Pese embora este panorama pouco convidativo, assistiu-se nos últimos anos a um grande aumento da cultura da vinha e respectiva produção de vinho no concelho de Redondo. Esta sub-região, naturalmente limitada entre o maciço da Serra d'Ossa a Norte e a bacia hidrográfica da Vigia a Sul, constituída por solos graníticos e de xistos, utiliza principalmente as castas Periquita, Aragonez, Trincadeira e Moreto nos tintos e Roupeiro, Fernão Pires, Tamarez, Rabo de Ovelha e Manteúdo nos brancos.

A área média das explorações era em 2002 de 10,8 ha, situando-se na média relativamente aos concelhos limítrofes e um pouco superior à média do Alentejo Central, conforme se pode verificar do quadro seguinte:

Quadro 6.20.- Área média por exploração - 2002

	Vinha
Alandroal	11.23
Borba	9.40
Estremoz	10.23
Redondo	10.08
Reguengos	8.28
Alentejo Central	8.48

Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho, 2004

Já no que diz respeito à qualidade do vinho, Redondo surge com uma elevada percentagem de vinhos de qualidade, nomeadamente comparada com os concelhos vizinhos e a média do Alentejo Central.

Quadro 6.21.- Percentagem de vinho DOC, na produção total

Unidade territorial	% DOC
Alandroal	00.0
Borba	48.5
Estremoz	29.9
Redondo	64.1
Reguengos	44.0
Alentejo Central	47.7

NOTA: Percentagem relativa a toda a produção vitivinícola.

Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho, 2004

A produção de vinho na sub-região de Redondo é elucidativa da “corrida” efectuada por agricultores e produtores deste território, tentando desta forma aproveitar a rentabilidade actual desta actividade agrícola e agro-industrial.

Quadro 6.22.- Produção de vinho – Redondo

	Produção de Vinho - Sub-Região de Redondo				
	1998	1999	2000	2001	2002
Vinho Regional	923.500	2.591.800	2.229.800	4.725.000	3.536.700
VQPRD	3.704.600	6.175.400	5.062.297	7.836.500	5.921.600
Total	4.630.098	8.769.199	7.294.097	12.563.501	9.460.302

Fonte: www.vinhosdoalentejo.pt, 2004

O problema, já analisado em termos nacionais, é que o consumo de vinho de Redondo de qualidade não tem acompanhado, principalmente a partir de 1997, o entusiasmo dos produtores ficando, em alguns anos, muito aquém do que se produz efectivamente.

Gráfico 6.21. - Evolução da comercialização do VQPRD de Redondo, 1990-2002



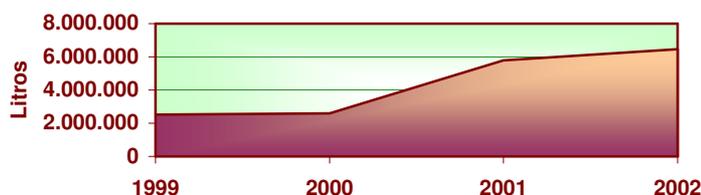
Fonte: www.vinhosdoalentejo.pt, 2004

Como é facilmente verificável no Gráfico anterior, o crescimento da comercialização até 1997 é perfeitamente espectacular, passando de 88.275 litros em 1990 para os 4.586.120 litros em 1997, o que representa um aumento de 5.095 % !. Não é difícil concluir que esta evolução em termos de procura produziu os seus efeitos na oferta, que procurou adaptar-se de forma entusiástica.

O que se passou a seguir foi uma estabilização da procura, ao mesmo tempo que a oferta, em plena expansão, com um ciclo produtivo inicial longo (uma vinha demora alguns anos desde que é pensada até que produz em quantidade de cruzeiro), não pôde adaptar-se às novas tendências. Aliás, novamente, como no caso da oliveira, a questão da alternativa se põe com acuidade.

De notar que a falta de procura de vinhos de qualidade não implica forçosamente a existência em armazém desse mesmo vinho, já que pode ser escoado como vinho de menor qualidade (vinhos de mesa), por exemplo, o que representa sempre algum prejuízo. Porém, para se ter uma ideia, a acumulação de excedentes pode ser visto no Gráfico seguinte:

Gráfico 6.22. - Excedentes acumulados de VQPRD na Produção, Sub-região – Redondo, 1999-2002



Fonte: www.vinhosdoalentejo.pt, 2004.

Não podemos deixar de referir que não foi possível obter dados concretos, em tempo útil, dos principais produtores de vinho da região – Adegas Cooperativas de Redondo (onde visitámos as respectivas instalações) e Roquevale, SA – pese embora todos os contactos efectuados pela Equipa Técnica da Agenda 21 Local de Redondo. Esta situação impediu, na prática, uma abordagem mais próxima da realidade das empresas, dificultando a visão global que se pretendia para o sector, cuja importância primordial para o desenvolvimento do concelho nunca é de mais salientar.

Também ao nível dos viticultores não foi possível obter, até à data, a participação que se desejava nas diversas reuniões dedicadas à agricultura e agro-indústria, de forma a melhor compreender os problemas específicos de tão importante sector de actividade.

De qualquer forma, e tendo em conta o espírito que está inerente à metodologia da A21L, é possível resumir os principais problemas de sector vitivinícola, a partir dos dados obtidos e das conversas que fomos tendo com alguns produtores, informantes-chave e população em geral:

1. Implantação de vinhas em terras marginais, comprometendo a rentabilidade das explorações e a qualidade do vinho a produzir;
2. Excesso de produção nas actuais condições do mercado nacional;
3. Reduzido investimento em novos mercados, nomeadamente na exportação;
4. Excedentes acumulados.

A vinha e o vinho representam um dos maiores emblemas que o concelho de Redondo apresenta e com o qual é reconhecido em todo o território nacional. Para que esta imagem permaneça é necessário uma preocupação especial com a sustentabilidade da actividade, tanto no que diz respeito ao vitivinicultor como à indústria alimentar que lhe está subjacente, até porque, como disse um informante-chave: “O desenvolvimento de Redondo não se faz sem as vinhas e as adegas”.

6.5. Indústria, Comércio, Turismo e Artesanato

Como já afirmámos anteriormente, o concelho de Redondo é, essencialmente, um concelho ligado à agricultura e agro-indústria, para além dos serviços, muitos deles ligados também à agricultura. É, na opinião dos que estiveram presentes nas nossas reuniões da A21L, o que podemos chamar um concelho tradicional do interior Sul do País, sem outras actividades industriais de monta, um comércio a necessitar de urgente renovação de recursos e métodos, um artesanato hesitante entre a “industrialização escondida” e as dificuldades em promover um produto “autêntico”, enfim, um conjunto de factores, de receios e limitações que, na hora de decidir pesa e tem levado a opções de inércia, incompatíveis com as necessidades das empresas e a melhoria do bem-estar económico e social das populações.

Não sendo o PIB um indicador de referência no que ao desenvolvimento regional diz respeito, é um importante indicador de crescimento económico e como tal deve ser analisado, pelo menos ao nível da Região do Alentejo Central, onde o concelho de Redondo se insere.

Quadro 6.23 - PIB *per capita*

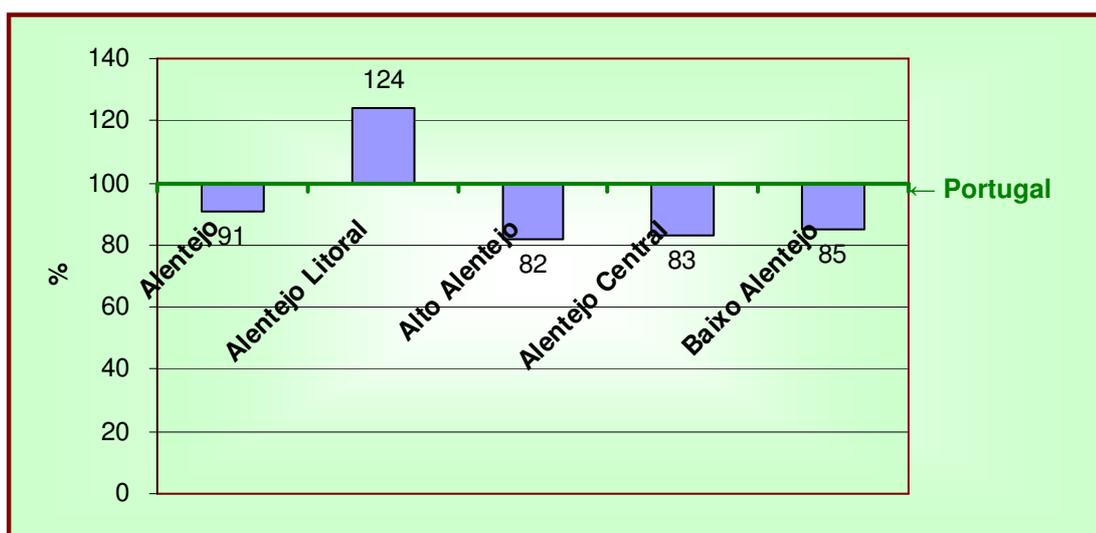
	PIB <i>per capita</i> Base: Portugal = 100				
	1995	1996	1997	1998	1999
	Milhares de Euros				
Portugal	100	100	100	100	100
Alentejo	84	84	85	81	79
Alentejo Litoral	112	117	120	111	107
Alto Alentejo	74	76	74	73	73
Alentejo Central	79	81	83	80	79
Baixo Alentejo	78	72	72	67	67

Fonte: INE, Contas Regionais, 2001

Como podemos concluir pelo quadro anterior, a diferença entre a média do País e o Alentejo tem vindo a aumentar, o que não abona as políticas regionais postas em prática desde, praticamente, a nossa adesão à CEE. O Alentejo, no seu todo, perde 5 pontos percentuais entre 1995 e 1999, relativamente a Portugal, enquanto o Alentejo Central, recuperando em 1996 e 1997, nos dois anos imediatos acaba por perder toda aquela conquista. Isto quer dizer que, embora os sucessivos governos tenham apostado numa política de crescimento económico, essa política tem sido incapaz de aproximar as regiões mais desfavorecidas do interior da média nacional e, antes pelo contrário, a diferença entre as regiões mais ricas e mais pobres tem vindo a aumentar.

Porém, não só por este meio conseguimos chegar à conclusão anterior. Enquanto o PIB, como indicador, tenta medir a riqueza com base no produto (óptica da produção), o Valor Acrescentado Bruto (VAB) é um indicador que tenta medir a riqueza gerada com base no valor distribuído para remunerar os meios de produção – Capital e Trabalho – (óptica da distribuição). Logo é um indicador importante, tendo em conta que é essa distribuição que provoca o efeito multiplicador da economia.

Gráfico 6.23 - VAB/Trabalhador em Portugal e Alentejo, 1999 Base: Portugal = 100 (preços correntes)



Fonte: INE, Contas Regionais, 2001

Como podemos constatar por este quadro, o VAB acaba por ter diferenças menores que o PIB entre o Alentejo Central e a média portuguesa, embora a posição relativa do Alentejo Central piore um pouco (só o Alto Alentejo é pior).

Segundo a mesma fonte, o VAB/trabalhador da Indústria (incluindo Energia e Construção) no Alentejo Central era, no mesmo ano, de 82, numa base em que a média nacional era 100, enquanto nos serviços era de 79. Isto quer dizer que a produtividade (medida em VAB/trabalhador) era, para o Alentejo Central inferior em 18 e 21 pontos percentuais, relativamente à produtividade média nacional, na Indústria e Serviços, respectivamente.

Estes dois indicadores foram tratados em termos de NUT 2, já que escasseiam os dados referentes aos concelhos, sendo que em alguns, como é o caso de Redondo, as entidades económicas são tão poucas que se torna impossível a publicação de dados estatísticos devido à reserva de confidencialidade.

Outro indicador, normalmente utilizado para medir a actividade económica é o consumo de energia:

Quadro 6.24 - Consumo de Electricidade por Consumidor em 2001 (%)

	Consumo de Electricidade por Consumidor em 2001				
	Doméstico	Agricultura	Indústria	Iluminação	Outros
Alandroal	33,2	28,8	21,1	6,0	10,9
Borba	24,2	5,2	52,1	5,4	13,1
Estremoz	39,0	7,6	19,2	9,3	25,0
Redondo	43,4	14,8	16,3	9,1	16,4
Reguengos	46,0	8,8	13,1	9,3	22,9
Vila Viçosa	18,4	1,0	65,9	3,9	10,7
Alentejo Central ¹	33,2	11,4	30,5	7,5	17,3

Total do Alentejo Central, excluindo o concelho de Évora.
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo de 2002

O consumo de electricidade para a Indústria em Redondo resume-se a 16,3% do total do consumo do concelho, o que é a segunda menor percentagem de consumo para a Indústria das unidades territoriais consideradas. Isto quer dizer, por norma, uma indústria incipiente, o que se comprova através dos 52,1% de Borba e 65,9% de Vila Viçosa, concelhos onde impera a indústria extractiva e de transformação de mármore.

Quadro 6.25. - Indicadores de Licenciamento da Construção Civil em 2002

	Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por Fogo	Superfície das Divisões
				Nº
				m ²
Alandroal	1,6	0,6	5,7	16,4
Borba	2,0	0,9	4,9	15,0
Estremoz	2,0	0,9	5,4	16,8
Redondo	1,8	0,7	5,8	18,7
Reguengos	1,2	0,8	5,6	18,4
Vila Viçosa	2,0	0,6	5,4	17,6
Alentejo Central	1,8	0,9	5,2	16,6

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo de 2002

Quanto à Construção Civil, verificamos pelo quadro anterior quanto ela ainda é uma actividade com normas pouco cidadinas. Na verdade, embora os pavimentos por edifício se aproxime das 2 unidades, já os fogos por pavimento é um valor baixo, as divisões por fogo são num número elevado e a superfície por divisão já “não se usam” em vilas e cidades, mesmo do interior. Tais indicadores fornecem-nos uma ideia de uma construção de iniciativa individual, sem uma estrutura empresarial forte nem preocupações de marketing imobiliário.

No que diz respeito às empresas, podemos analisar o seguinte quadro:

Quadro 6.26. - Empresas com sede no Alentejo em 31.12.2001

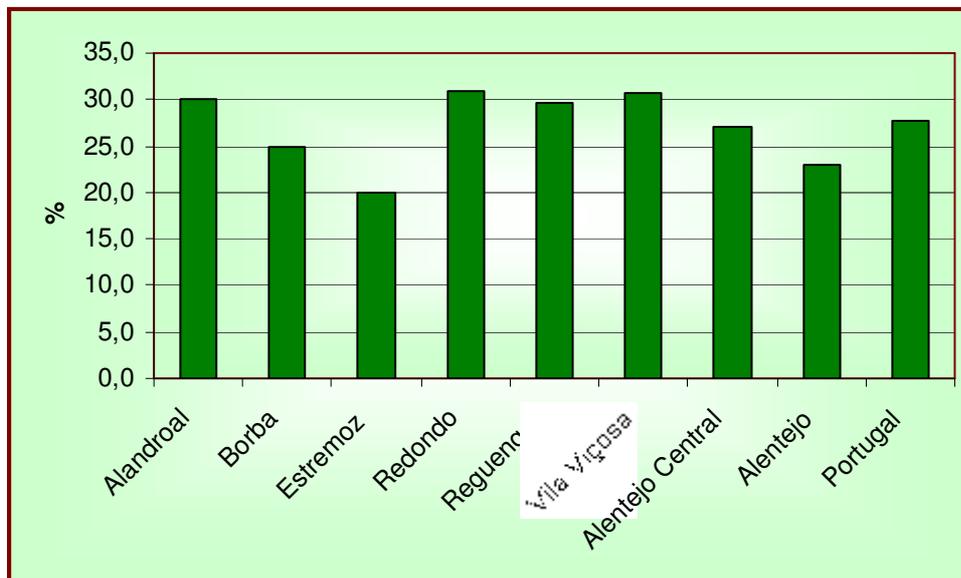
	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário	Total
Alandroal	178	206	303	687
Borba	141	232	558	931
Estremoz	428	358	1005	1791
Redondo	265	321	451	1037
Reguengos	254	378	647	1279
Vila Viçosa	68	267	533	868

Nota: Os valores apresentados dizem respeito a Empresas em Nome Individual e Sociedades.
Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE)

Como é evidente, pelo Quadro anterior, o número de empresas do Sector Secundário (incluindo Electricidade e Construção) era pouco mais que o do Sector Primário. No Sector Terciário, em Redondo, o Comércio por Grosso e Retalho detinha 265 empresas, ou seja, 59% do total das empresas de Serviços.

No entanto estes dados, só por si, não reflectem qualquer tendência, já que traduzem a real dimensão das empresas em causa. O Gráfico seguinte, com a percentagem de número de empresas industriais no total de empresas de cada unidade territorial, pode dar uma ideia mais aproximada de que não há grandes diferenças nos números de empresas industriais.

Gráfico 6.24 - Percentagem de empresas do Sector Secundário em 31.12.2001



Nota: Os valores apresentados dizem respeito a Empresas em Nome Individual e Sociedades.
Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE)

Logo, pensamos que é importante ter uma visão do Volume de Vendas das sociedades, o que faremos no Quadro seguinte, relativamente à Indústria Transformadora:

Quadro 6.27 - Volume de Vendas das Sociedades com sede no Alentejo, em 2000 – Indústria Transformadora

	Indústria Agro - Alimentar	Outra Indústria Transformadora	Total
Alandroal	2.637	2.199	4.836
Borba	17.405	8.828	26.233
Estremoz	19.079	14.024	33.103
Redondo	19.755	2.097	21.852
Reguengos	30.071	2.934	33.005
Vila Viçosa	591	38.333	38.924

Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE), 2002

Como é possível concluir, a indústria Agro – Alimentar é importante nos concelhos de Redondo e Reguengos, onde efectivamente há um vazio grande relativamente às restantes indústrias transformadoras. É o caso do concelho de Redondo, onde a indústria transformadora não alimentar é apenas responsável por 9,6% do Volume de Vendas da Indústria Transformadora, como podemos constatar pelo Quadro seguinte:

Quadro 6.28. - Importância do volume de Vendas da Indústria Agro - Alimentar no Volume de Vendas da Indústria Transformadora, 2000

	Indústria Alimentar	Outra Indústria Transformadora	Total
Alandroal	54,5	45,5	100,0
Borba	66,3	33,7	100,0
Estremoz	57,6	42,4	100,0
Redondo	90,4	9,6	100,0
Reguengos	91,1	8,9	100,0
Vila Viçosa	1,5	98,5	100,0

Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE), 2002

Como podemos verificar, existe uma franca especialização na Indústria Agro – Alimentar, já tratada quando se falou na Agricultura e Agro – Indústria, pelo que o restante se limita, no caso do Redondo, a pequenas empresas em actividades como a indústria de madeira e cortiça, fabricação de carvão vegetal, metalomecânica, metalúrgicas de base e outras não especificadas, a maioria das quais nem sequer podemos ter uma noção individualizada do seu valor, de qualquer forma inserido nos 9,6% não alimentares, por razões que se prendem com a reserva de confidencialidade.

Quanto ao Comércio do Concelho, para além do que já se disse quanto à sua situação, onde evidencia grandes dificuldades em adaptar-se aos novos tempos, nomeadamente no que diz respeito à renovação de instalações, adaptação de novas tecnologias, estratégias de marketing comercial e associativismo, de que tem sido um exemplo as reuniões da respectiva Comissão Temática, dizer que em 31.12.2001 haviam 265

empresas individuais e sociedades legalizadas, que empregavam de 191 trabalhadores com contrato, tendo sido constituídas, em 2002, apenas 5 sociedades deste sector (que inclui a reparação de veículos automóveis).

É evidente uma certa descrença dos comerciantes do concelho, bem patente nas reuniões da Comissão Temática, e que é necessário combater com medidas de incentivo. Está neste propósito, estamos certos, a recente aprovação do projecto URBCOM, visando a modernização do comércio na zona histórica da vila de Redondo, cuja execução poderá vir a contribuir decisivamente para a viragem, que se quer urgente, do sector.

Explicitando o que foi exposto anteriormente, apresentamos os pontos fortes e fracos deste subcapítulo:

Pontos Fortes:

- Potencialidade das actividades artesanais (barro);
- Peso assinalável da indústria Agro-Alimentar;
- Potencialidades do território, da paisagem, do património histórico e cultural, da gastronomia e das actividades de lazer;
- Potencialidades para o desenvolvimento do turismo cultural e de lazer;
- Forte relação do desenvolvimento turístico do concelho com uma estratégia concelhia de desenvolvimento sustentável;
- Potencialidade para a formação profissional/ criação de emprego na área do Turismo;
- Potencialidade para aumentar a capacidade hoteleira
- Potencializar os investimentos previstos para a melhoria das acessibilidades;
- Autenticidade das formas identitárias da actividade agrícola, cultural e dos produtos tradicionais;
- Potencialidades do complexo turístico e lúdico da Vigia.

Pontos Fracos:

- Inexistência de renovação e dotação do comércio com novos recursos;
- Não valorização do artesanato e da produção artesanal;
- Riscos de descaracterização cultural e das actividades tradicionais;
- Inércia;
- Pouco peso da indústria transformadora;
- Débil informação sobre a importância da actividade turística para o concelho.

Dada a especificidade do Turismo, é tratado no ponto seguinte.

6.5.1. Turismo

Este é, sem qualquer dúvida, um sectores emergente no concelho de Redondo. As potencialidades do território, ao nível da Paisagem, do Património Histórico e Cultural, da Gastronomia e das actividades de lazer, são passíveis de convidar os viajantes a uma estada prolongada.

É necessário, porém, dizer claramente que o turismo, só por si, não é panaceia para todos os males e atrasos das regiões do interior. O turismo, quanto muito, potencia o desenvolvimento endógeno do território, dando um objectivo concreto às acções de desenvolvimento sustentável, permitindo ver claramente a sua rentabilidade.

Longe estão os tempos em que, em Portugal, o turismo se baseava apenas na ideia de “sol e praia” que, obviamente, consagrava o litoral como lugar privilegiado para o investimento turístico.

Actualmente, é consensual que existe um turismo especializado que pode ser complemento ao turismo de “sol e praia”, constituindo-se em nichos definidos e consubstanciando ideias-chave, tais como: - Natureza, Aventura, Agricultura, Desportos Radicais, Etnografia, Arqueologia, História, Arquitectura, Artesanato, Congressos, etc... - e nas quais podemos encontrar aplicações, no âmbito turístico, de que são exemplos: - Turismo Rural, Turismo Ecológico e de Aventura, Turismo Cultural, Turismo Radical, Turismo Sénior, Turismo de Empresa, etc...

A questão fundamental que está por trás deste turismo contemporâneo é que ele é geograficamente mais democrático, já que se aplica a quase todo o tipo de território, porque todos os lugares têm, potencialmente, interesse turístico. Este novo paradigma, o do turismo como actividade universal, reforça a vontade das autoridades locais em apostar em acções que visem desenvolver o turismo na sua região.

O Alentejo foi, nos últimos anos, um destino turístico emergente, fruto da elevação de Évora a cidade Património Mundial e de um investimento constante em infra-estruturas, nomeadamente em unidades hoteleiras e de turismo rural. Em 2001, a região possuía 104 estabelecimentos hoteleiros e 91 estabelecimentos de turismo em espaço rural, totalizando uma capacidade de alojamento de 8.234 camas.

No mesmo ano visitaram e pernoveram na região, em estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo, 510.112 hóspedes, sendo que 71,5% foram cidadãos nacionais.

Quadro 6.29. - Indicadores de Hotelaria em 2001

	Estada Média				Taxa de Ocupação-Cama (líquida)			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
Portugal	3,6	2,9	2,3	6,2	40,8	44,9	23,6	43,7
Alentejo	1,8	1,5	1,6	2,2	33,1	43,4	21,5	37,4
Alentejo Litoral	2,7	-	2,2	2,9	28,8	-	20,9	33,6
Alto Alentejo	1,5	1,5	1,4	1,8	34,1	37,1	21,7	50,8
Alentejo Central	1,4	-	1,4	-	39,5	-	26,9	-
Baixo Alentejo	1,7	-	1,6	-	30,9	-	14,2	-

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2003

1. Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção geral do Turismo;
2. Estão excluídos os estabelecimentos de Turismo no Espaço Rural
3. Os outros estabelecimentos englobam os hotéis-apartamentos, os apartamentos turísticos, os aldeamentos turísticos, os motéis, as pousadas e as estalagens.

Como se pode verificar pelo Quadro anterior, os indicadores de hotelaria no Alentejo, no seu todo ou nas suas sub-regiões, apresentam valores muito inferiores à média nacional. De notar que o Alentejo Litoral possui condições para o turismo de “sol e praia”, pelo que não é de estranhar uma melhoria de indicadores relativamente às restantes sub-regiões. O Alentejo Central, pese embora nele se situar Évora, cidade Património Mundial, ainda não conseguiu que os visitantes prolongassem a estada para valores mais aceitáveis do ponto de vista da rentabilidade das explorações e da maximização das receitas para o território.

Só por curiosidade, apresentamos de seguida os números de camas e de dormidas que basearam os números oficiais do INE, prova de que estes são meramente indicativos se considerados pelo seu valor nominal, embora possam servir em termos comparativos.

Quadro 6.30.- Camas e Dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros (2001)

Unidade Territorial	Camas	Dormidas
Alentejo Central	2.059	302.698
Borba	25	1.908
Estremoz	367	31.775
Redondo	34	5.202
Vila Viçosa	72	11.200

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2003

Na verdade, é importante reconhecer o facto de estes números do INE não reflectirem a realidade do sector, dado que apenas se baseiam nas respostas ao “Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados de hotelaria” (mensal) efectuado aos estabelecimentos classificados na DGT. Acontece que nem todos os estabelecimentos estão classificados (as exigências impedem a classificação de muitos estabelecimentos), existe um movimento paralelo de “aluguer de quartos e casas” que não é controlado e, por razões que têm a ver com a fuga ao fisco, alguns estabelecimentos fazem sub-facturação.

De qualquer forma, reconhecendo que a economia paralela não é, apenas, um problema do Alentejo, antes está gloriosamente implementada em todo o território nacional, aceitam-se estes valores para comparação inter-regional, embora conscientes que aceitar estes números é reconhecer, implicitamente, a falência empresarial de muitos projectos empresariais do sector na região, o que de todo não é verdade.

Já no que diz respeito ao concelho de Redondo, procurámos saber de todos os estabelecimentos hoteleiros, estejam ou não registados na DGT, sendo que continuamos sem saber a verdadeira situação no que respeita ao número de hóspedes e à taxa de ocupação.

As infra-estruturas turísticas no concelho, à excepção da Casa de Hóspedes Bastião, são recentes, de finais dos anos 90, ou mesmo da actual década, pelo que apresentam boa qualidade no que respeita à comodidade das instalações e aos serviços prestados.

Quadro 6.31. - Estabelecimentos Hoteleiros existentes no concelho de Redondo

Nome	Classificação	Local	Nº Quartos	Nº de Camas
Hotel Convento de São Paulo	****	Aldeia da Serra	21 duplos	42
Casa de Hóspedes Bastião	Pensão	Redondo	5 duplos	10
Quinta da Talha	Espaço Rural	Freixo	4 duplos	
			2 casal	10
Agroturismo Água d'Alte	Espaço Rural	Aldeia da Serra	5 suites	
			5 duplos	25
Total				87

Fonte: Câmara Municipal de Redondo, 2004

Como dissemos anteriormente, os números oficiais servem para comparar regiões, partindo do princípio que todos os agentes se comportam de forma semelhante, no que respeita ao rigor com que respondem aos inquéritos da DGT. Assim, podemos afirmar que a taxa de ocupação do Concelho de Redondo é a mais elevada, de entre os concelhos limítrofes considerados, o que diz bem da qualidade dos estabelecimentos existentes e da correcta promoção que têm vindo a fazer.

Quadro 6.32.- Taxa de Ocupação dos Estabelecimentos Hoteleiros (2001)

Unidade Territorial	Taxa de Ocupação
Alentejo Central	39,5
Borba	20,9
Estremoz	23,6
Redondo	44,5
Vila Viçosa	42,6

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2003

Se o problema não é a taxa de ocupação dos estabelecimentos, já que comparando com a média nacional o concelho apresenta resultados idênticos aos hotéis, onde está a causa de o turismo passar despercebido aos olhos dos cidadãos de Redondo, conforme foi bem explícito nas diversas reuniões da Comissão Temática respectiva?

Na realidade, os artesãos, nomeadamente os oleiros, queixam-se de que o turismo não tem quase expressão, está limitado a um ou dois meses por ano, a um ou dois acontecimentos mais mediáticos, pelo que não tem sido um suporte sustentável da actividade artesanal do concelho. Por seu lado, os comerciantes queixam-se que os turistas não chegam aos seus estabelecimentos, pelo que estão limitados à clientela autóctone. Por fim, a Enoteca e o Museu do Vinho não têm o movimento que a qualidade das instalações e da ideia inicial poderiam fazer supor.

Quadro 6.33.- Estada Média em Estabelecimentos Hoteleiros (2001)

Unidade Territorial	Estada Média
Alentejo Central	1,4
Borba	3,4
Estremoz	1,3
Redondo	1,1
Vila Viçosa	1,6

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2003

O Quadro anterior conduz-nos a uma das razões que, estamos convencidos, estar por trás das situações anteriormente descritas: - A Estada Média é muito baixa nos Estabelecimentos do concelho de Redondo. Na verdade, pelas informações que conseguimos obter, os turistas raramente pernoitam mais do que uma noite nos estabelecimentos existentes. Ora, tal facto impede, na prática, que o viajante estabeleça uma relação de cumplicidade com a região, com os cidadãos em geral e as suas actividades em particular, partindo de imediato para outras paragens que, por certo, apresentam outras vantagens.

Para se ter uma ideia aproximada da importância da Estada Média, propomo-nos efectuar um pequeno exercício, com base nos números do INE, mantendo imutável a relação entre as variáveis e fazendo crescer a Estada Média. Como se pode verificar, um conjunto de acções tendentes a aumentar a Estada Média dos Hóspedes teria efeitos imediatos e directos na rentabilidade dos estabelecimentos, ao mesmo tempo que, forçosamente, traria benefícios indirectos ao comércio, restauração, artesanato, etc...

Quadro 6.34.- Quadro Previsional da Taxa de Ocupação em função do objectivo de aumentar a Estada Média

Estada Média	Camas	Dormidas	Taxa de Ocupação
1,3	34	6.148	49,5
1,5	34	7.094	57,2
1,7	34	8.039	64,8
1,9	34	8.985	72,4
2,1	34	9.931	80,0

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2003

Porém, a criação de condições para que os viajantes permaneçam mais tempo no concelho não tem unicamente a ver com a actividade e promoção dos estabelecimentos do sector, antes depende muito mais da forma como toda a sociedade local reconhece no turismo um instrumento do seu próprio desenvolvimento e, neste sentido, um verdadeiro desígnio local, capaz de contribuir para o bem estar das populações.

Aliás, nos últimos anos surgiu e foi aprovado um projecto, visando o aproveitamento turístico da bacia hidrográfica da Vigia. Pela sua dimensão e pela qualidade das diversas infra-estruturas que o compõem, o Empreendimento Parque do Redondo será necessariamente um marco fundamental na estratégia de desenvolvimento a sair da A21L.

O empreendimento será constituído por dois hotéis, um de três e outro de quatro estrelas, um campo de golfe, um centro hípico, um centro fluvial e cento e cinquenta moradias, para além de uma panóplia de estruturas complementares, visando proporcionar uma estadia de luxo aos seus clientes.

O conjunto de infra-estruturas cuja construção já se iniciou representará, estamos certos, um desafio à capacidade de aproveitamento por parte da população do concelho em geral e dos empresários locais, em particular. Será necessário criar formas imaginativas de atrair os turistas, que se espera pertencerem às classes A e B de rendimentos, através de uma oferta criteriosa de actividades de entretenimento, do lazer à cultura, da tradição à modernidade, do convívio à contemplação.

Geograficamente equidistante de Évora (Património Mundial), de Vila Viçosa (Mármore e Palácio Ducal) e de Reguengos (Monsaraz, Olaria, Vinho), o concelho de Redondo só tem, segundo o que foi detectado nas reuniões da Comissão Temática respectiva, duas opções estratégicas ao nível do turismo:

1. Tenta viver dos recursos turísticos e da promoção dos concelhos vizinhos;
2. Pretende criar e melhorar um conjunto de recursos turísticos próprios que possam complementar o que já existe nos concelhos limítrofes, garantindo um acréscimo de mais valias, tornando a actividade turística mais sustentável.

É evidente, até pelo enunciado acima, que defendemos a segunda opção, que permitirá, simultaneamente, aumentar a estada média e distribuir os proveitos indirectos do turismo por diversos sectores de actividade importantes para o desenvolvimento da vida económica e social do concelho.

No próximo capítulo irá abordar-se as questões dos transportes e comunicações.